Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus — Órgão do Movimento de Esquerda Socialista — ANO I N.º 22 / 25 de Março de 1975 — Preço 3$00

Os Trabalhadores tem de Controlar as Nacionalizações

A nacionalização da banca privada e das companhias de seguros abre novas perspectivas à evolução da economia portuguesa e da grave crise que atravessa, por um lado, e à luta dos trabalhadores, por outro lado.

Se com estas nacionalizações os grupos financeiros foram atingidos no seu centro vital, não podemos esquecer que, para além de se imporem medidas como a nacionalização do comércio externo e do comércio de produtos essenciais, a nacionalização dos sectores básicos da indústria e as que possibilitem o início de uma verdadeira reforma agrária, **o que está fundamentalmente em causa é saber que interesses de classe se vão afirmar neste processo.** O que está fundamentalmente em causa é fazer deste processo um processo de transformação de economia num sentido que sirva os interesses dos trabalhadores, que permita o combate ao desemprego e à subida do custo de vida, que permita a satisfação das suas necessidades fundamentais. **Isto só acontecerá se os trabalhadores efectivamente controlarem as nacionalizações, se forem eles a dizer como deve ser aplicado o dinheiro que existe nos bancos e o que é fundamental produzir no nosso país.**

A partir de 15 de Março a existência de um **poderoso sector estatal na economia** tornou-se uma realidade a ter em conta num processo inevitável de transformação económica em curso.

Na situação criada três ideias têm de ser firmemente combatidas.

Há quem afirme que os bancos já estão ao serviço do Povo esquecendo que as nacionalizações, se não forem efectivamente controladas pelos trabalhadores, podem servir para mudar apenas o detentor do capital e aqueles que executam a sua lógica de funcionamento, deixando afinal tudo na mesma.

Há quem confunda deliberadamente controlo dos trabalhadores sobre o processo de nacionalizações com controlo dos bancários sobre a nacionalização dos bancos, dos empregados de seguros sobre a nacionalização das companhias de seguros, etc., pretendendo no fundo manter essas empresas ao serviço do capital e do lucro máximo e encerrar a luta dos trabalhadores nos limites da empresa preparando a colaboração de classes.

Há ainda quem confunda trabalhadores com sindicatos, esquecendo as limitações da organização sindical e as outras formas de organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho como as **comissões de traba-**

Continua na pág. 2

– e os Sindicatos

No passado dia 20 realizou-se uma manifestação de metalúrgicos frente ao seu sindicato, exigindo a demissão da respectiva direcção a nomeação de uma Comissão de Gestão e o levantamento da suspensão pendente sobre 5 funcionários.

No final elementos afectos à direcção provocaram violentamente os manifestantes acabando por ser detidos 5 indivíduos armados de caçadeiras e fartamente municiados. **Presos por forças do Copcon declararam ser membros do P.C.P. enviados pela sua delegação de Sacavém com a missão de protegerem a direcção do Sindicato.**

Estes acontecimentos, vêm na sequência de uma vasta movimentação dos metalúrgicos contra a actuação claramente partidária da direcção que tem consistido na sabotagem e ataque sistemáticos a todas as lutas que escapem à sua orientação reformista, acompanhada da depuração de todos os elementos não ligados directamente ao P.C.P. que culminou com a suspensão de 5 funcionários do Sindicato, através de um inquérito «admirável de imparcialidade» realizada por três elementos da direcção. Os funcionários suspensos denunciavam este tipo de actuação concretizada na admissão de um secretário, generosamente remunerado, (**14.650$00 mensais**) e de outros 11 elementos igualmente ligados ao referido partido.

O mesmo motivo levara já anteriormente ao afastamento de outros elementos.

Como resposta à exigência dos metalúrgicos para a realização de uma assembleia-geral que permitisse o desmascaramento da direcção perante a classe, aquela respondeu com uma **bem orquestrada campanha de desinformação iniciada com uma conferência de Imprensa largamente divulgada e apoiada por poderosos meios de comunicação.** Servindo-se de uma linguagem ora astuciosamente venenosa ora violentamente demagógica esta luta foi descrita como fazendo parte de um amplo leque de movimentações contra-revolucionárias como a greve dos liceus (apoiada por agrupamentos fascistas e ultraesquerdistas cósmicos). Apresentou-se a justa resposta dos trabalhadores como parte de um tenebroso plano que visa o aniquilamento do movimento sindical português — («são forças reaccionárias envol-

Continua na pág. 5

Num momento em que o capital financeiro português foi atingido pelas nacionalizações da Banca e dos seguros, num momento em que a conspiração reaccionária do 11 de Março saiu pela culatra aos interesses dominantes, mais do que nunca, é fundamental que os sindicatos operários sejam totalmente controlados pelos trabalhadores, servindo para o avanço do processo revolucionário e não para a utilização e instrumentalização pelo reformismo, pela conciliação de classes.

Num momento em que os metalúrgicos descem à rua para exigirem democraticidade no seu Sindicato, para lutarem por um sindicalismo de classe, contra as manobras cupulistas de certos dirigentes, **o Movimento de Esquerda Socialista, coerente com a linha política que depende, de acordo com a análise que faz da importância o papel dos sindicatos na conquista do poder operário e popular, associa-se a esta luta em que muitos dos seus militantes operários se encontram empenhados.**

Avante pela democraticidade da vida sindical
Em frente por um sindicalismo de classe
Por um poder operário e popular!
Secretariado da Comissão Política Nacional do MES

Esquerda Socialista

Continuação da pág. 1

lhadores, e querendo fazer da via sindical a única via de «participação» dos trabalhadores neste processo já que é a forma de a sua luta melhor ser controlada e submetida à lógica reformista.

Numa situação como esta, **toda e qualquer medida económica tem de estar voltada para o combate à crise económica, articulando a resolução dos problemas mais imediatos dos trabalhadores,** desemprego e custo de vida, **com a luta contra um sistema económico voltado para o lucro e baseado na exploração e na opressão das massas trabalhadoras.**

Face à situação económica que vivemos a resposta operária tem de assentar fundamentalmente em três aspectos essenciais:

— Combater a separação entre luta económica e luta política integrando as reivindicações fundamentais, como a redução do horário de trabalho, a luta contra o aumento dos ritmos e cargas de trabalho, o aumento dos salários reais e a fixação de um salário mínimo que tenha efectivamente em conta as necessidades fundamentais dos trabalhadores, na luta contra a reacção capitalista e utilizando-as como armas ao serviço do avanço do processo revolucionário.

— Fortalecer todas as formas de organização de massa desde os sindicatos às comissões de trabalhadores e de moradores, liquidando todas as tentativas de controlo partidário sobre as mesmas e assentando-as em bases de funcionamento efectivamente democráticas.

— Fazer da luta pelo saneamento e pelo controlo de todos os trabalhadores sobre as nacionalizações uma frente proletária de luta travada para a unificação dos órgãos de massa e da própria classe.

Só deste modo é possível manter a iniciativa das massas populares única forma de combater as tentativas de salvação do capitalismo português e de formação de um capitalismo burocrático de Estado.

Fazer do sector estatal na economia um sector de afirmação do poder operário e popular é uma tarefa fundamental. Para tal há que recusar não só todos os processos em que às cúpulas sindicais é dado o direito exclusivo de falarem em nome dos trabalhadores mas também todos os que se baseiam em formas de autogestão que só podem levar ao isolamento, quando não há manutenção de todos os critérios capitalistas de gestão.

Nesta situação há sim que coordenar a actuação das comissões sindicais com as comissões de trabalhadores, criar verdadeiros órgãos de controlo e fiscalização em todos os locais de trabalho e unificá-los numa mesma perspectiva política, anticapitalista e, não reformista, tornando irreversível o processo revolucionário em curso.

Saneamento na Direcção Geral dos Assuntos Sociais

Em reunião geral decidiram os trabalhadores proceder ao saneamento de 4 das principais figuras desta Direcção-Geral:

Josefina Marvão, ex-deputada, membro da extinta ANP; **Eleutério de Aguiar,** ex-deputado, membro da extinta ANP; **Raquel Ribeiro** ex-deputada, **Deodato Silva,** chefe da Repartição dos Serviços Administrativos (Secção de Pessoal).

Para levar à prática esta decisão, impedindo a entrada dos saneados nos edifícios da Direcção-Geral foi decidida em R. G. T. a formação de piquetes às portas de entrada.

Esta decisão dos trabalhadores foi tomada quando na prática, viram a natureza e a demora dos processos burocráticos de saneamento, compreendendo que só a iniciativa e a sua luta poderá resolver satisfatoriamente os seus problemas.

Nesta primeira fase da luta pelo saneamento procurarão os trabalhadores reforçar a sua unidade e esclarecimento que lhes permita novas conquistas, não só no campo do saneamento (a continuar) mas também em todos os outros onde os interesses dos trabalhadores estejam em jogo.

LISBOA-ARROIOS

Tendo conhecimento de que o prédio n.º 88 da Rua de Arroios estava desocupado parcialmente há muito tempo (não tendo sido declarado pelo senhorio à câmara) o núcleo de Arroios do M. E. S., sofrendo de falta de instalações compatíveis com as actuais necessidades de trabalho, ocupou-o para sua sede local

Núcleo de Arroios do M. E. S.

GOLPES DO CAPITAL e modos de não os evitar

Se o 11 de Março correspondeu à estratégia do capital que após o 28 de Setembro deixa de apostar em «democracias burguesas» e anseia por voltar à ditadura ou se foi antes a obra de um louco, megalómeno, desesperado por se ver afastado do poder que tão brevemente experimentou, é questão que está longe de se encontrar respondida.

Para além das duas dezenas de oficiais fugidos para o Brasil, pouco se sabe sobre quem seriam os implicados, mas não é preciso ser adivinho para compreender que um golpe como este exige o comprometimento de forças significativas militares, económicas e políticas.

Quem acredita que Spínola jogasse todo o peso que ainda não perdera num golpe que militarmente não se apresentava com possibilidades mínimas de êxito? E não as teria mesmo? Quem o afirma raciocina (compreensivamente, aliás) com base no que o 11 de Março foi. Só que a sua verdadeira dimensão talvez esteja sobretudo no que ele não foi, no que não chegou a ser.

Não esqueçamos que em Tancos Spínola perguntava se os tanques não marchavam sobre Lisboa. E pensava que toda a Força Aérea lhe obedecia... (no ar estavam meia-dúzia de aviões e helicópteros). E contava também com o apoio (ou neutralidade) de importantes unidades das Forças Terrestres, para além da quase totalidade das forças militarizadas (G. N. R. e P. S.P.). Se esta estimativa estivesse correcta o 11 de Março seria, pelo menos, o princípio de uma guerra civil que, aliás, dando cobertura à intervenção de forças externas (U. S. A., N. A. T. O. etc.), teria fortes possibilidades de fazer voltar Caetano e Tomaz do «país do Carnaval».

Afirmar simplesmente que os cálculos de Spínola saíram «furados», que ele pensava ter mais apoio do que aquele de que efectivamente dispunha, é pouco.

Spínola não se arriscaria, e aos seus principais delfins, sem ter garantias satisfatórias de apoio, militar e civil. E a história da matança da Páscoa é demasiado infantil para explicar as coisas.

Isto leva a pensar que terá sido enganado, que por certo houve quem, à última hora, faltasse ao combinado; quem tivesse duvidado das possibilidades de êxito, ou mesmo (quem sabe quem estivesse interessado em arrumar de vez aquele chefe carismático, pensando que, para a próxima vez, teria o caminho aberto para assumir esse papel.

E é bem possível que certas forças políticas, mais hesitantes a «moderadas», assustadas com o perigo de avanços para um regime que favoreça os trabalhadores, tivessem oferecido os seus préstimos (por certo bem recompensados em caso de êxito.

AMBIGUIDADES NÃO DESFEITAS

Tudo isto são hipóteses. Talvez o inquérito em curso confirme algumas. Muito ficará por esclarecer. Mas necessário é que desta vez se não cometam erros de outras alturas.

No 25 de Abril, e dadas as próprias contradições internas das forças que o efectuaram, criaram-se muitas confusões, nomeadamente através da colocação de Spínola na Presidência da República, e de muitos dos seus apaniguados em lugares-chave.

Seguiu-se a tentativa Palma Carlos, que originou a demissão deste bem como a de Sá Carneiro, não se tendo aliás esclarecido se alguma ligação houve entre ambas, dado até que o P. P. D. se manteve no Governo.

Também no 28 de Setembro se não teve o cuidado de desfazer todas as ambiguidades. O comprometimento de personagens como Spínola e Osório e de muitos outros que ainda hoje desconhecemos, não foi convenientemente denunciado, criando-se terreno para a reorganização dentro e fora do Ecército dos que só pensam em garantir as condições para manter regimes em que domine, todo poderoso, o capital.

Assim, Osório era já secretário-geral de um partido legalizado, Spínola dava entrevistas ao agora tão anti-spinolista (pudera!) «Expresso» afirmando não se considerar politicamente acabado; e os partido sociais-democratas (P. S. e P. P. D.) dirigiam histéricas campanhas anticomunistas e mais veladas atitudes anti-M. F. A., exigindo as eleições e mostrando-se receosos de que as liberdades democráticas e o Programa do M. F. A. estivessem a caminho de ser desrespeitados. Simultaneamente iam «alertando» o País para a grave situação económica, ao mesmo tempo que se opunham à tomada de medidas que decididamente atacassem essa mesma situação.

Para já, o 11 de Março serviu para abrir os olhos a muitos dos elementos do M. F. A. que se estavam a deixar adormecer pela teia legalista e paralisante que têm sabido construir à sua volta os que estão sobretudo interessados em que o processo revolucionário não avance.

Assim procedeu-se rapidamente à tão demoradamente discutida institucionalização do M. F. A., a certos saneamentos no Exército e à dissolução de alguns conselhos de armas (preenchidos por elementos direitistas que, graças à quase inexistência de saneamento, puderam obter maioria nas votações da «democrática» reestruturação das Forças Armadas).

MEDIDAS INDISPENSÁVEIS

Mais uma vez, até à data, estas medidas têm sido tomadas em gabinetes, sem que se explique com clareza as causas e os objectivos.

Neste momento **torna-se indispensável um saneamento profundo no Exército, que só poderá ser correctamente dirigido e atingir os seus objectivos se se assegurar papel decisivo, quartel a quartel, aos soldados e milicianos.** É também necessário que se **tornem públicas as diligências do inquérito em curso, denunciando tudo e todos os que lhe estão ligados, doa a quem doer, em ordem a permitir que as massas trabalhadoras e a população em geral compreendam, claramente, que interesses estavam por detrás do golpe e comecem a distinguir (de entre os vários «democratas» e «apoiantes do M. F. A.») os amigos dos inimigos.**

Só desta maneira podemos estar certos que na próxima tentativa reaccionária os soldados e marinheiros não terão dúvida sobre a atitude a tomar: virar decididamente as armas contra os golpistas, dando-lhes a paga que merecem.

No campo económico foram já tomadas algumas medidas — nacionalização da banca e seguros — que poderão ter importância vital no prosseguimento da luta dos trabalhadores contra o capitalismo. **Mas só assim será se essas medidas forem encaradas como machadadas num capital ainda poderoso contra o qual a luta dos trabalhadores tem de prosseguir com redobrada violência;** é preciso que os seguros e a banca agora nacionalizados sejam encarados como arma a utilizar pelos trabalhadores nessa mesma luta, tendo portanto de estar sob o seu controlo e ao seu serviço.

Ao nível das forças políticas dominantes não é de crer que as ambiguidades e contradições se desfaçam. Na coligação governamental, se é crível que entrem novos partidos, parece garantido que ninguém sairá. Se a paralisia governativa que tal compromisso provocava pode, talvez, ser ultrapassada através da criação de um órgão onde esses compromissos não estão representados — o Conselho da Revolução — que passa a deter o essencial da tarefa governativa, **não é por certo esta a melhor maneira de esclarecer o País sobre quais são as forças políticas que contribuirão para o avanço do processo revolucionário e quais as que apenas pretendem entravá-lo.**

Neste momento mais uma vez se afigura claro que na capacidade das massas para se organizarem e irem tomando nas suas mãos o controlo da sociedade está a única garantia segura de que os avanços que o 11 de Mrço veio a motivar não serão recuperados pela buruguesia.

Só a união e organização das massas em torno dos seus interesses de classe revolucionários é garantia contra os golpes do capital, nacional e estrangeiro.

Em frente pela criação do poder operário e popular!

Em frente pelo socialismo para construir o comunismo!

Açores

Pela tarde de 11 de Março, enquanto a situação no Continente era ainda pouco clara, o núcleo regional de Angra do Heroísmo do M. E. S. convocou a população trabalhadora para uma concentração pelas 18 horas na praça principal da cidade. Ao local acorreram cerca de dois milhares de operários e empregados convocados pelas palavras de ordem: **apoio ao M. F. A. contra a reacção capitalista, pelo avanço do processo revolucionário.** Entretanto, os sindicatos e outras organizações políticas que viriam a aderir à concentração (P. C. P., P. S. e M. D. P.) exortavam os trabalhadores a estarem vigilantes contra a tentativa de qualquer golpe das forças reaccionárias locais.

Na Praça da Restauração, um camarada do nosso Movimento começou por analisar os últimos acontecimentos relacionando-os com o comportamento da burguesia local e a sistemática obstrução às conquistas dos trabalhadores desde 25 de Abril, afirmando que só um ataque decisivo ao poder económico dos capitalistas, colocando a economia sob controlo das massas trabalhadoras, resolveria a crise e poria fim às veleidades golpistas da burguesia. Foi também abordada a posição do M. E. S. face às eleições e denunciada a decisão do juiz de direito da comarca de Angra que, no dia anterior e muitos dias após as operações burocráticas, incluindo o sorteio das listas, condiderava nula a candidatura do M. E. S. neste círculo. **Reafirmando-se que o M. E. S. é contra as eleições burguesas o orador salientou que o núcleo regional iria lutar até ao fim para que a voz do M. E. S., uma voz da classe operária, utilizasse os órgãos de Informação para difundir as suas propostas durante o período eleitoral e contribuir para a organização das massas populares.** Gritando **Uma só solução — Esmagar a Reacção»** a multidão aderiu com grande entusiasmo à proposta alternativa do M. E. S. para a criação duma assembleia popular, ouvindo-se uma só voz que durante longo tempo ecoou na rua — **Lutar, criar poder popular.**

Finalmente, foi abordado o problema da base militar americana situada nesta ilha, sendo salientado que **a classe operária e os trabalhadores não poderão construir o socialismo em Portugal enquanto se registar a ameaça da presença militar imperialista em território nacional,** enquanto se mantiver este espinho cravado no coração do povo português.

O boicote à candidatura do M. E. S. por Angra do Heroísmo encontra-se já ultrapassado. O recurso interposto pelo nosso movimento foi considerado procedente pela relação de Lisboa. Assim, pode o corregedor de Angra ir pensando em novas manobras, que esta não pegou!

Vila Franca

Na sequência dos acontecimentos ocorridos nesta vila no passado dia 14, não quer o núcleo de Vila Franca de Xira do Movimento de Esquerda Socialista (M. E. S.) deixar de tomar uma posição crítica perante os mesmos, dada a gravidade da situação criada:

1. De há muito que é conhecida a rivalidade entre duas forças que se dizem «vanguarda da classe operária» (M. R. P. P. e P. C. P.), que se caracterizam por mútuos insultos e provocações de toda a ordem, à margem de toda a luta concreta dos trabalhadores (que opõe directamente trabalho — capital), disputando entre si a direcção da luta da classe operária.

2. De um lado dão-se informações alarmistas à população e confunde-se M. F. A. com a reacção; do outro, aproveitando-se destas atitudes, classificam-se aqueles de reaccionários, de ligações com a C. I. A., tentanto dar à população a ideia de que se trata de perigosos «gangsters». Deste modo objectivamente ambos contribuem para desviar a atenção das massas trabalhadoras para um terreno ilusório.

3. Este estado de coisas veio a culminar com a detenção de elementos do M. R. P. P. e a criar um ambiente de exaltação popular para o qual contribuiu o aparato militar (oito chaimites e dezenas de militares armados) para transferir desta vila meia dúzia de detidos.

4. **O núcleo de Vila Franca de Xira de Movimento de Esquerda Socialista (M. E. S.) critica actuações deste tipo que em nada se identifica com o interesse popular e que de modo algum podem contribuir para uma maior consciência de classe do proletariado numa altura em que a luta de classes se agudiza de momento a momento.**

Viana do Castelo

— **O núcleo do M. E. S. de Viana do Castelo ocupou uma casa na Praça da República n.º 52.** Isto porque há longo tempo vem necessitando de instalações mais compatíveis com o alargamento da sua organização. O M. E. S. não podia aguardar por mais tempo, negociações, diligências. Recusas e dificuldades de toda a ordem. Assim viu-se obrigado a tomar nas suas mãos a resolução de tão grave problema, declarando desde já a disposição de resolver todas as questões burocráticas no mais curto espaço de tempo.

Igualmente em Ponte de Lima foi ocupada uma casa na Av.ª António Feijó. Os militantes de Ponte de Lima estão a organizar um núcleo do M. E. S. Na verdade há já bastantes elementos com que podemos contar.

— Realizou-se no passado dia 16, pelas 16 horas em **Barroselas**, uma sessão de esclarecimento do M. E. S., com a presença de cerca de 150 pessoas. A sessão foi extremamente importante pois trata-se de uma localidade bastante infectada pelo P. P. D. Houve várias intervenções por parte da assembleia que muito contribuiram para o esclarecimento da linha política do Movimento, nomeadamente acerca da posição do M. E. S. em relação às eleições e aos partidos burgueses, à intentona do 11 de Março, etc.

— Durante a última semana o núcleo do M. E. S. de Viana do Castelo efectuou ainda as seguintes sessões de esclarecimento:

Dia 21 — 21.30 — **Afife**
Dia 22 — 21.30 — **Ponte da Barca**
Dia 23 — 10.30 — **Vilar de Murtela**

Campo de Ourique

O «Comité» de Bairro de Campo de Ourique do M. E. S., no dia 21 de Março de 1975, em colaboração com vários moradores da zona ocupou o 1.º andar do prédio n.º 255 na Rua Silva Carvalho a fim de aí instalar uma delegação.

Esta acção foi decidida tendo em conta os fracos recursos económicos do Movimento de Esquerda Socialista que vive sem subsídios de qualquer espécie e que apenas dispõe do apoio monetário dos seus militantes e simpatizantes.

Face à nossa atitude e, em virtude das más condições para habitação desta casa, o senhorio decidiu não pôr mais entraves à nossa ocupação.

Termos uma sede em Campo de Ourique significa para nós — «Comité» de Bairro de Campo de Ourique — novas possibilidades de desenvolvermos o trabalho de apoio às lutas dos trabalhadores da zona pelo socialismo para construir o comunismo.

Avante pelo poder operário e popular!

Felgueiras

Em Felgueiras, concelho onde ainda imperam toda a espécie de caciques reaccionários e lacaios do capitalismo explorador, o Movimento de Esquerda Socialista levou a efeito a primeira sessão de esclarecimento que serviu de apresentação do M. E. S. e arranque para a formação do núcleo concelhio.

Efectuada no Cine — Fonseca Moreira da referida vila, a sessão contou com a presença de mais de duas centenas de pessoas que seguiram atentamente as exposições dos camaradas da Organização Regional do Norte presentes, entrando-se seguidamente num amplo e esclarecedor debate quer sobre posições do M. E. S., quer sobre problemas concretos dos trabalhadores daquele concelho.

De realçar o interesse e trabalho desenvolvido por todos os simpatizantes e aderentes do M. E. S. em Felgueiras cujo trabalho de propaganda e preparação foi fundamental para o êxito da sessão.

COMÍCIOS E SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

25 Março: **Almada,** Soc. Recreativa Costas de Cão
Azambuja, Grupo Desportivo 21.30h.
Coimbra, Cordinhã
Lisboa, Caixa Geral de Depósitos 18.30h; Benfica, Academia Grandela 21.30H; Santos, R. Guilherme Cosul 21.30h.

26 Março: **Almada,** Soc. Recreativa Raposende 21.30h
Coimbra, Silvã
Lourinhã, Bombeiros 21.30h.
Lisboa, Benfica, Clube Palmense 21.30h.
Conceição de Tavira, 21h.

27 Março: **Alenquer,** Sporting 21.30h.
Coimbra, Eiras
Lisboa, Lever, Clube do pessoal nas Amoreiras 18h.
Luz Tavira 21h.

28 Março: **Lisboa,** Vendedores de Jornais, R. das Trinas 21.30h; Clube Estefânia, R. dr. Alexandre Braga 24A, 21.30h.

29 Março: **Lisboa,** Ajuda, Armadurense, R. do Cruzeiro 21.30h.
Mafra, Cheleiros 12.30h.
Torres Vedras, Casa do Povo, Runa 21.30h.

31 Março: **Torres Vedras,** Clube Artístico Comercial 21.30h.

NOTA AOS ASSINANTES:

Os assinantes do E.S., devem indicar o número da assinatura sempre que se correspondam com o jornal na qualidade de assinante.

ASSINATURA
Esquerda Socialista

6 meses 75 $ 00 ☐
12 meses 150 $ 00 ☐
apoio 300 $ 00 ☐
estrangeiro-Europa 275 $ 00 ☐

Nome

Morada

Localidade

Profissão

Admin./redacção: R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c Lisboa (t. 535438)

SEDES

Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22
Angra do Heroísmo R. Conselheiro Jacinto Candido, 7
Aveiro Av. Araújo e Silva, 22
Beja Praça da República, 36 - Tel. 23221
Braga Av. da Liberdade, 362-2.º
Caldas da Rainha, Praça 5 de Outubro
Castelo Branco R. S. João de Deus, 54/58
Castro Verde R. Nascimento Costa
Coimbra R. Ferreira Borges, 125-3.º - Tel. 27718
Covilhã, Praça do Município, 84-2.º - Telef. 24485
Faro, R. Castilho, 9
Figueira da Foz Rua da República, 102, 1.º
Guarda, R. Marquês de Pombal, 1.º
Guimarães Rua da Rainha 138-2.º e 3.º
Leiria Rua Tenente Valadim 66 R/c drt.º
Lisboa, Av. D. Carlos I, 130
Av. D. Carlos I, 146-1.º Drt. - Tel. 607127/28
R. Rodrigues Sampaio, 79, r/c Esq. (**Jornal**) - Tel. 535438
Arroios Rua de Arroios, 88 - 1.º
Campo de Ourique R. Silva Carvalho, 255 - 1.º
Moscavide R. dos Combatentes da Grande Guerra 51-B
Ovar R. Marquês de Pombal, 70
Peniche, Rua Alexandre Herculano, 18-18
Ponta Delgada R. Tvares Resende, 100
Portalegre R. da Oliveira, 61
Porto, R. Gonçalo Cristóvão
R. 31 de Janeiro 150-2.º - Tel. 319569
S.Pedro do Sul L. de S. Sebastião
Seia R. Capitão António Dias
Setúbal R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova
Sintra, R. Cunha e Silva
Viana do Castelo R. Altamira, 65/67
Vila Nova de Gaia R. Teixeira Lopes, 123

O «E. S.» VENDE-SE
NA SUIÇA
Tabacs du Boulevard
13, Boulevard Georges-Favon
1200 Genève
EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)
NA BÉLGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Composto e impresso em Renascença Gráfica, SARL, Rua Luz Soriano 44, Lisboa
Jornal semanal / todas as 4.ª-feiras

Esquerda Socialista é transportado gratuitamente pela C.P.

Pescadores em Greve

Em virtude de não se ter chegado a acordo no decurso das negociações do novo Contrato Colectivo de Trabalho entre o Sindicato dos Pescadores de Peniche e o Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha, os pescadores da pesca da sardinha do porto de Peniche decidiram entrar em greve no passado dia 20.

Os pontos de divergência andam à volta da percentagem da pesca bruta a reverter para os pescadores, montante da «caldeirada», número de cabazes para a companha, subsídio em caso do barco não pescar, pagamento dos trabalhos de manutenção das embarcações e férias (duração e subsídio). Há ainda desacordo sobre a remuneração a atribuir aos mestres dos barcos, pois o Grémio pretende manter a actual divisão de 4 quinhões para o mestre e 1 quinhão para cada pescador, enquanto o Sindicato pretende reduzir a parte do mestre para 3 quinhões (notar que a maior parte dos armadores são ao mesmo tempo mestres dos barcos).

— apoio do MES

O Movimento Esquerda Socialista apoia a greve dos pescadores da pesca da sardinha iniciada no passado dia 20 no decurso do processo de negociações do novo Contrato Colectivo de Trabalho.

Em face da incapacidade dos armadores para satisfazer as justas reivindicações da classe piscatória, estão criadas as condições para aplicação de uma das medidas imediatas propostas pelo M. E. S., ou seja, a **nacionalização das empresas de pesca não artesanal.** Esta nacionalização deverá processar-se **sob o controlo dos trabalhadores, agrupando-se todas as empresas existentes numa única, a gerir democraticamente sob a forma de cooperativa de pescadores.**

Então ficará demonstrado que **não são precisos patrões para apanhar peixe.**

Pela nacionalização da pesca da sardinha sob o controlo dos pescadores!

Desmascarar Ruy d'Orey!

Os trabalhadores de Ruy d'Orey perguntam:

1.º — **Se o grupo Uniges-te — Europac tem capital, porque motivo a Nutripol (uma das empresas deste grupo financeiro) chegou à situação actual que todos conhecem.**

2.º — Se o dito e falado grupo não tem capital, qual o motivo porque tentou impôr a compra de mais 10 por cento do capital social de Ruy d'Orey (compra essa que diziam ser para um grupo independente, o que não acreditamos) a fim de obterem a maioria e portanto o domínio de uma empresa cujo volume de vendas em 1974 ultrapassou os 64 000 contos.

É claro o motivo. Se os grandes lucros deste grupo vinham da Bolsa e da especulação de terrenos a que o 25 de Abril pôs termo, só lhes resta dominar uma das poucas empresas do grupo que na realidade é rentável, tentando para isso todos os meios possíveis desde o boicote à produção, até à recusa de aval nas operações bancárias a que, como administradores, eram obrigados.

A Comissão de Trabalhadores de Ruy d'Orey, apoiada pelos restantes trabalhadores já se pronunciou e está disposta a lutar contra os capitalistas exploradores que não olham a meios para atingir os fins que querem, pelo que pedem o apoio de todos os trabalhadores para a luta que travam, pois não estão dispostos a serem dominados pelo capital e para isso lutam por um verdadeiro poder operário e popular.

Não seremos vencidos se todos os trabalhadores nos apoiarem, especialmente os que pertencem às empresas deste grupo financeiro, para que melhor os desmascaremos.

Pela unidade dos trabalhadores

Pelo poder operário e popular

Por um verdadeiro socialismo

Contra a exploração dos trabalhadores

pequenos agricultores organizam-se

PENELA

Nas zonas de predomínio da pequena propriedade, as associações camponesas têm um importante papel a desempenhar, se tomarem como objectivo essencial da sua actividade a promoção dos interesses colectivos das camadas de camponeses e rendeiros pobres pelas experiências concretas de cooperação na luta contra a exploração na distribuição, mas nunca se forem instrumento de promoção da burguesia rural exploradora da força de trabalho.

Devem também criar-se as condições de crédito e auxílio técnico que incentivem o associativismo dos pequenos produtores, combatendo o individualismo e o apego à terra.

Também nestas zonas a luta pela defesa e alargamento das liberdades democráticas e a luta pela melhoria das condições de vida se reveste de grande importância.

Quando as cooperativas de produção ou as associações de camponeses não existam, ou não controlem os circuitos de distribuição, um objectivo a atingir é o controlo directo do Estado sobre os produtos alimentares e a criação de sectores de distribuição controlados pelas organizações de massa das classes trabalhadoras, tanto nos campos como nas cidades.

(Do Programa do M. E. S.)

Após o 25 de Abril, por todo o país, se tem desenvolvido um amplo movimento em torno dos problemas agrícolas. Desses movimentos campesinos algo de positivo tem nascido. É, principalmente no aspecto de organização dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores que se têm dado passos importantes. Assim, **têm se formado sindicatos de trabalhadores rurais no sul e, ligas de pequenos agricultores por todo o país.**

A par destas associações, ditas de classe, **têm-se saneado cooperativas fascistas e por outro lado criado verdadeiras cooperativas. Porém, tudo o que está feito é ainda muito pouco, para que, organizados, os trabalhadores da terra, possam lutar correctamente contra aqueles que continuam a explorar e a oprimir.**

Concretamente em relação ao nosso concelho, o que se tem feito? Nada. Respondemos. Porém, não é por acaso que isto acontece. Efectivamente, se alguns dos partidos Políticos «representados» neste concelho fosse (ou para isso lutasse) a «expressão» do povo organizado», seria, nesse caso, o motor de arranque de processos que conduzissem à resolução dos problemas imediatos e reais da população, principalmente dos **pequenos agricultores**, pois é esta a classe social com maior representação na nossa terra. **No entanto, como o não são, limitaram-se a tomar «democraticamente» alguns postos de chefia.** Aliás, (salvo raras excepções) os «senhores», melhor **os «caciques» são os mesmos do 24 de Abril, mas agora com as casacas viradas...** Enfim, o seu objectivo é o voto, e, mais do que isso a continuação da exploração do povo trabalhador, agora não à «trancada» como acontecia no «antigamente» mas ao abrigo de palavras como **«povo», «democracia»** e **outras** que usam indevidamente.

Um dos problemas que ainda há bem pouco tempo afligiu os pequenos agricultores foi o do **azeite.** Efectivamente, toda a campanha do Azeite é um exemplo concreto e flagrante de toda uma exploração, feita por parte dos intermediários parasitas, àqueles que de sol a sol, à chuva, ao frio, trabalham para obterem a sua subsistência isto é, o pão de cada dia.

Mas como é que se exerce essa exploração, esse roubo? No caso do Azeite é **principalmente** nos lagares. Vejamos pois os requintes dessa exploração exercida pelos intermediários, isto é, por aqueles que negoceiam os produtos, (azeite, gado, batata, madeira, etc) entre os seus produtores — trabalhadores da terra — e os «consumidores» — público, indústria, etc.

Concretizando para o caso do azeite são várias as formas de roubar:

— **o lagadeiro** compra o azeite, e, logo ali, na cara do camarada, vende-o, ganhando tanto ou mais do que aquele que apanhou a azeitona debaixo de chuva e frio e, sem o qual o lagar não funciona. O bagaço é sensivelmente o mesmo.

— A exploração completa-se com uma vigarice — **a pesagem do Azeite** —, efectivamente as pesagens são falseadas.

Outro problema que surgiu, particularmente na serra, foi a impossibilidade de colocar no mercado a **batata** a preços mínimos razoáveis. No entanto **o Governo «cozinhou» em Lisboa uma solução; fixou preços — o que para a nossa região, significava pôr a batata em Lisboa por esses mesmos preços,** já que não existe nenhum posto de recepção aqui na região.

Evidentemente que um produtor que faz umas dezenas de arrobas de batatas não pegava nelas e, ia levá-las para Lisboa — perdia dinheiro. No entanto, se se juntassem vinte ou trinta talvez já a coisa desse. Mas alguém se preocupou com o problema? É evidente.

COOPERATIVAS DOS PATRÕES, NÃO!

Ora bem, estes problemas imediatos poderiam ser resolvidos como?

O Grupo de apoio aos pequenos agricultores pensa que só, organizando-se, podem resolver os seus problemas, todos, juntos e unidos, contra os exploradores. Mas organizando-se como? Numa Cooperativa, por exemplo. Responder-me-ão, já existe uma no concelho e nada fez. Aqui surge uma questão **muito importante**, para a qual convidamos a atenção de todos e em especial dos 400 sócios desta Cooperativa. Como poderia uma **verdadeira Cooperativa** resolver, na situação actual, o problema de Azeite dos seus associados? — Uma solução era comprar outro crédito evitando que os mais pobres caissem nas mãos dos exploradores. O problema da batata, facilmente, se resolveria também, aliás bastava «aplicar» os Estatutos da Cooperativa Agrícola do Espinhal S. C. R. L. que por sinal são fascistas e urge revogar.

CASA DA LADROEIRA

Ora, para que uma Cooperativa lute e defenda os interesses dos seus associados, é fundamental que os seus órgãos administrativos sejam efectivamente representantes dos interesses dos pequenos agricultores, mais do que isso, sejam eles próprios a dirigi-la. O que vemos nós na Cooperativa do Espinhal? Vemos, que por exemplo, no conselho fiscal existe um **lagareiro,** — será que este senhor iria tentar resolver o problema do Azeite, ou antes pelo contrário, evitar que ele se discuta, pois ele é um dos intermediários parasitas? Mas será só ele? Que respondam os associados — É significativo este facto: um sócio compra um saco de batata de sementes e, chega a casa, encontra-as podres, pois tem de ficar com elas!

Afinal isto é uma Cooperativa ou uma cópia da Casa da «Ladroeira»? Este Grupo de Apoio aos pequenos agricultores do concelho propõe-se lutar ao lado dos que trabalham a terra, pois dele fazem parte alguns, e, esperamos a adesão de outros, contra a exploração de que somos vítimas venha ela donde vier. Para isso pensamos que o primeiro passo é **transformar a «Falsa Cooperativa» numa Verdadeira Cooperativa.**

Só organizados, amigos, venceremos.

Fora com os exploradores
Por uma verdadeira cooperativa ao serviço dos pequenos agricultores

Grupo de Apoio aos Pequenos Agricultores do Concelho de Penela

Metalúrgicos pela Democracia

Continuação da pág. 1

vidas na capa da linguagem esquerdista mais desabrida, a atacar o movimento sindical e a tentar destrui-lo por dentro») e tendo como objectivo táctico a perturbação das negociações para o contrato colectivo de trabalho que decorrem actualmente. Com toda esta sequência de difamações habilmente sugeridas a direcção mais não visa do que lançar trabalhadores contra trabalhadores, com o objectivo de, na confusão gerada, colher os frutos — isto é sair da situação incómoda em que a sua actuação sectária a lançou.

A esta vaga de insinuações juntam-se manobras dilatórias como a sabotagem das negociações marcadas, após a manifestação, para o Ministério do Trabalho no dia 21 entre os delegados sindicais e os elementos da direcção, na qual cooperam os técnicos burocratas do Ministério, com atrasos de várias horas. Quanto aos referidos elementos da direcção, não compareceram.

A acompanhar toda esta campanha junta-se um requinte geográfico na colocação da Assembleia Geral da classe em Sacavém, «por infeliz coincidência» o local de onde tinham sido despachados os pistoleiros para a «acção protectora» do dia 20.

Os trabalhadores protestaram veementemente contra tal facto. **Os seus receios não foram infundados pois os dois únicos oradores que ousaram levantar objecções à actuação da direcção, tiveram de ser evacuados sob protecção do Copcon para não serem linchados sumariamente no local.**

Resolvido o problema dos discordantes a «ampla e democrática» Assembleia resolveu **demitir «democraticamente» a direcção e nomeou para o seu lugar uma comissão de gestão com o promenor pitoresco de os membros que a compõem serem os que restavam na desfalcada direcção que acabava de ser afastada.**

Neste momento a engrenagem dirigista estará por certo a preparar o campo para as próximas eleições de uma nova direcção, elaborando todo um reservatório de sofismas e calúnias de forma a assegurar a continuação do domínio sobre os trabalhadores.

Porém, a classe operária saberá garantir as condições necessárias para que possa escolher democraticamente os representantes que intransigentemente defendam as suas aspirações, repudiando todos aqueles que, através de manipulações cupulistas a pretendem pôr a reboque de interesses alheios, espartilhando-a em compromissos inconciliáveis de classe, em defesa dos quais utilizam a calúnia, a ameaça física, as reuniões orquestradas e, quando necessário, a carabina.

Demissão do Presidente

No final de uma reunião de delegados foi lida aos presentes, de uma das janelas do sindicato, a seguinte declaração:

«Considerando o comportamento sectário e partidário que a direcção tem tido, principalmente nos últimos tempos;

«Considerando que a direcção tem contribuido profundamente para a divisão dos trabalhadores;

Considerando que a direcção pretende, como já tem dado provas, despedir todos os trabalhadores progressistas que não se identificavam com o P.C.P.

«Considerando que a direcção tem feito tudo para transformar o Sindicato em correia de transmissão partidária, e por outros motivos que exporei em Assembleia Geral eu, Jerónimo Augusto Franco, militante antifascista de antes e depois do 25 de Abril e, presidente da direcção» deste Sindicato dos Metalúrgicos demito-me.

Lisboa, 7 de Março de 1975 às 22 horas

JERÓNIMO AUGUSTO FRANCO

Aos delegados sindicais reunidos no Ministério do Trabalho para resolução do conflito de trabalho entre metalúrgicos e a Direcção do Sindicato

Estive no Sindicato e verifiquei que a Direcção discordava em absoluto da opinião dos trabalhadores representados pelos respectivos delegados sindicais. Ouvi alguns elementos afectos à actual direcção dizerem que os manifestantes eram fascistas, elementos esses que estavam dentro da sede do Sindicato. Houve um que disse que mereciam ser mortos. Aí por volta da meia-noite, um indivíduo que presumo ser manifestante, abordou-me e disse-me que havia elementos do «P.C.» lá fora, provocando os manifestantes. Passados momentos fui alertado por manifestantes de que haveria pessoal armado a aproximadamente 100 m da sede.

Verifiquei depois que numa furgoneta, havia, creio que 5 armas e 2 sacos com talvez 100 munições. Detive alguns elementos provocadores apontados pela multidão e, perguntando a um deles (vestido com uma camisa camuflada) de onde vinha, respondeu-me que vinha da parte do P.C. de Sacavém.

Foram detidos e enviados para a sede do Copcon.

Assinado:
Alf. Mil. Salgueiro

PLESSEY Organizar para a Luta!

A luta que os trabalhadores da Automática Eléctrica Portuguesa têm vindo a travar nos últimos meses contra as ameaças, por parte da administração, de despedimentos colectivos, radicalizou-se e generalizou-se neste fim-de-semana.

Por outro lado, a administração inglesa mostrou claramente o jogo: não à continuação das conversações, sim aos despedimentos. Por outro lado, os trabalhadores de vanguarda lançam uma campanha para o saneamento da empresa, publicando as listas dos elementos comprometidos com a A.N.P., M.P., Legião, P.I.D.E./D.G.S., o que levou à demissão do Conselho de Trabalhadores. Além disto, decidem alargar a sua iniciativa ocupando instalações vagas e desmascarando a gerência da cantina que fornecia alimentos em mau estado.

Neste momento, portanto, os trabalhadores da A.E.P. encontram-se empenhados noma dura batalha onde vai ser necessário centralizar os esforços em duas questões fundamentais: **uma é a constituição de um Conselho de Trabalhadores que seja uma autêntica direcção política da luta, que perspective e coordene essa luta; outra é a consolidação das iniciativas já tomadas, aprofundando e generalizando essas iniciativas.**

O comité Operário da Zona de Moscavide, como participante activo neste combate, lançou um documento onde procura reflectir sobre os últimos acontecimentos e fornecer uma perspectiva global.

É esse documento que publicamos a seguir:

. «Através do comunicado n.º 44 do Conselho de Trabalhadores, de 20 de Março, viemos a saber que a administração inglesa tinha recusado voltar a negociar e decidira proceder aos despedimentos colectivos. Por outras palavras, mais uma vez as nossas necessidades são sacrificadas à ganância dos patrões que, para obterem maiores lucros, querem mudar a fábrica para um país onde a mão-de-obra seja mais barata e mais dócil.

luta

«Contudo, os trabalhadores mais conscientes da A.E.P. já várias vezes tinham alertado os seus camaradas para esta manobra patronal. Foi assim que na última assembleia geral de 28 de Fevereiro afirmámos claramente que não admitiamos qualquer despedimento colectivo nem despedimentos voluntários.

«Foi assim que, dias depois, aprovámos um plano de acção elaborado pelos delegados sindicais, delegados do conselho e conselho que embora contendo incorrecções, definia, no entanto, formas de luta para impôr na prática esta decisão.

«Pois apesar disto, continu a haver muitos camaradas desorientados e confusos, sem saberem o que decidir nem o que fazer perante esta atitude da administração.

«Para nós, esta desorientação e confusão existentes entre os trabalhadores da A.E.P., deve-se, em parte, ao comportamento do antigo Conselho de Trabalhadores.

«A sua falta de firmeza perante o patronato e o Ministério do Trabalho, a sua incapacidade em conseguir unir à sua volta todos os trabalhadores, através de uma informação correcta e da discussão, de forma a estarmos todos atentos e vigilantes, mostram bem que este conselho não era a direcção política que nos faltava para orientar a nossa luta.

«Mas, se o Conselho de Trabalhadores actuou desta maneira **não foi por acaso. Isso resultou, fundamentalmente, da sua composição.** Basta reparar que dos 24 elementos que o compunham, apenas uma minoria representava os sectores da produção.

«No momento em que se vai eleger um novo conselho, há que saber tirar as lições do passado para não cairmos nos mesmos erros.

organização

«Temos de definir um critério correcto para a escolha dos novos elementos do conselho. E, para já, dois pontos nos parecem fundamentais: **a representação dos trabalhadores** (produção e administrativos) **no conselho deve ser proporcional à sua importância numérica na empresa,** pois só assim será possível garantir uma presença maioritária de operários naquele órgão; **não devem ser eleitos chefes ou doutores só porque «sabem muito» ou «falam muito bem» mas sim os trabalhadores mais conscientes,** pois a função do conselho não é gerir a fábrica mas orientar a luta pela defesa dos nossos interesses. Quando for necessário criar-se-ão comissões técnicas especializadas.

«A concretização destas duas condições permitirá lançar as bases para a construção de um Conselho de Trabalhadores capaz de se opôr vitoriosamente ao poder dos capitalistas e de contribuir para a nossa emancipação.

«No entanto, a actual luta da A.E.P. não se limita aos despedimentos. Teremos de tomar a iniciativa e impor os nossos interesses em todos os campos onde se faça sentir a exploração e a opressão dos capitalistas. **É o caso da cantina e da ocupação das instalações no Prior-Velho.**

a cantina

«De há uns tempos para cá, todos criticavam a qualidade da comida fornecida pela cantina da empresa. Na passada sexta-feira, 20 de Março, um grupo de camaradas decidiu intervir e, após uma inspecção às câmaras frigoríficas, chegou à conclusão que **os alimentos estavam impróprios para o consumo.** As coisas chegaram a este ponto, porque nós, trabalhadores, nunca controlámos a gerência da cantina, o que permitiu que determinados indivíduos o fizessem por nós sem se preocuparem com as graves consequências que podem resultar para a nossa saúde do facto de comermos alimentos estragados.

«Assim, é urgente criar uma comissão de comensais que fiscalize a actividade da cantina, comissão essa que deverá estar agregada ao futuro Conselho de Trabalhadores.

«Na passada sexta-feira um grupo de camaradas nossos ocupou, no mesmo prédio em que funcionam as secções da A.E.P. do Prior-Velho, umas instalações que se encontravam vagas há já vários anos. Esta iniciativa tem como objectivo dar solução a certos problemas que temos e que é urgente satisfazer, como, por exemplo, a **criação de uma creche ou de um jardim-escola para os nossos filhos.**

«O conseguir-se ou não levar avante este objectivo vai depender da colaboração da solidariedade de todos nós.

«É importante darmos ideias e sugestões para podermos construir colectivamente uma obra pela qual lutávamos há bastante tempo

«Só lutando unidos e organizados em todas as frentes contra a exploração e a opressão de que somos vítimas, é que poderemos avançar para a construção de uma sociedade sem classes, a sociedade comunista!

«Comité operário da zona de Moscavide do Movimento da Esquerda Socialista

DE TRABALHADORES

Por iniciativa do Movimento de Esquerda Socialista, vai realizar-se no próximo dia 13 de Abril um encontro de trabalhadores da região de Lisboa, com o objectivo de fazer um amplo debate acerca dos problemas fundamentais com que se defrontam as massas trabalhadoras, bem como das formas de luta mais adequadas para lhes dar combate.

OS TRABALHADORES TÊM DE SABER RESPONDER À SITUAÇÃO ACTUAL

Numa situação em que está em curso uma transformação da economia portuguesa, sobretudo a partir da nacionalização da banca e dos seguros, que só se for controlada pelos trabalhadores pode vir a responder aos seus interesses de classe.

Numa situação em que o crescente agravamento das condições de trabalho e de vida do povo trabalhador português impõem o congelamento dos preços, a fixação dum salário mínimo que efectivamente permita a satisfação das necessidades fundamentais, a luta pela redução do horário de trabalho e contra o aumento dos ritmos e cargas de trabalho.

Este encontro aberto a todos os trabalhadores que se mostram dispostos a não dar tréguas no combate à exploração capitalista e a contribuírem pela sua acção, pela sua experiência e pelo seu esforço para forjar a unidade e a teoria revolucionária de que a classe operária necessita para a sua luta emancipadora, pretende contribuir para a resposta que a classe operária tem de dar à situação que vivemos.

O QUE VAI SER O ENCONTRO

Com vista à preparação deste encontro, realizou-se no dia 8 de Março uma reunião em que estiveram presentes trabalhadores de cerca de 50 empresas, abrangendo os principais ramos de produção.

Nessa reunião foi constituída uma comissão organizadora do encontro composta por trabalhadores das seguintes empresas: **Eurofil, Tinturaria Portugália, Manuel Lopes Henriques, Sogantal, ITT, Automática Eléctrica Portuguesa, Electrónica Signetis, Iberfar, Secil, Companhia Industrial de Portugal e Colónias, Inapa, TAP, Construtora Moderna, UTIC, Tabaqueira, Compar, Covina e Sociedade Central de Cervejas** e ainda por **cinco membros da CPN do Movimento de Esquerda Socialista (A. Mateus, R. Jesus, C. Pratas, L. Martins e M. Abrantes).**

Nessa reunião foram ainda definidos a orientação geral segundo a qual se desenvolverá o encontro e os temas que serão tratados, e que são:

I — A luta contra os despedimentos e desemprego.

II — A organização nos locais de trabalho, as comissões de trabalhadores e o controle operário.

III — A luta sindical, os seus limites e a sua importância e as reivindicações fundamentais dos trabalhadores.

IV — A crise económica, as nacionalizações e as respostas operárias.

A participação no encontro será feita por meio de inscrições que serão levadas a cabo a partir de agora, dentro e fora dos locais de trabalho, e que poderão ser feitas ainda nos seguintes locais:

Lisboa — Av. D. Carlos I 146 - 1.ºDtº.
R. de Arroios 88 - 1º.
R. Silva Carvalho, 255 - 1.º
R. Rodrigues Sampaio 79 - r/c
Moscavide — R. Combatentes da Grande Guerra 51 B
Setúbal — R. José Adelino 13 (ao Largo da Fonte Nova)
Cascais — R. Araújo Viana 6

Sobre os vários temas serão fornecidos, no acto de inscrição, textos resultantes das conclusões da reunião inicial de 8 de Março.

Para a mobilização deste encontro serão levadas para a frente um conjunto de iniciativas de modo a alargar a base da seu participação e a prepararem o encontro final.

Assim realizar-se-ão:

Sessões em fábricas.

Sessões em zonas de concentração operária, nomeadamente em Moscavide, Queluz, Cascais, Setúbal, Montijo, Lavradio, Almada, Sintra, Vila Franca, Arroios e outras.

OS OBJECTIVOS DO ENCONTRO

Do encontro final a realizar no dia 13 de Abril sairão 4 tipos de conclusões:

a) Princípios orientadores da luta, e da organização dos trabalhadores;

b) Reivindicações sobre a crise económica;

c) Princípios orientadores do controle dos trabalhadores sobre as empresas nacionalizadas;

d) Formas de coordenação do trabalho futuro de forma a levar à prática as conclusões do encontro.

Ao realizarmos este encontro de trabalhadores pretendemos demonstrar a profunda confiança que temos na capacidade revolucionária da classe operária, única força social que poderá conduzir uma resposta revolucionária à actual crise capitalista.

Neste sentido apelamos a todos os trabalhadores que querem fazer avançar o processo revolucionário para que se integrem na preparação deste encontro e façam dele uma arma ao seu serviço.

— Avante por uma forte mobilização para o Encontro de Trabalhadores da região de Lisboa.

— Avante pelo Poder Operário e Popular.

INSCRIÇÕES

Nome ______________________

Empresa ______________________

Morada ______________________

Localidade ______________________

As Comissões de Trabalhadores

COMO NASCERAM — As C. T. nasceram logo a seguir ao 25 de Abril em cada fábrica, como forma de evitar a divisão dos trabalhadores em numerosos sindicatos e assim poderem ser uma arma dos trabalhadores na luta contra a exploração capitalista.

A SUA NECESSIDADE

As comissões de trabalhadores são o resultado da actual fase de luta dos trabalhadores, num momento em que estes estão na ofensiva e já fizeram importantes avanços na luta contra o capitalismo.

Muitas destas lutas já ultrapassaram o simples carácter de reivindicações ao patrão, tendo-se formado verdadeiros exemplos de combate ao poder capitalista.

COMO SE DISTINGUEM DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

As C. T. são uma forma de organização mais avançada do que a organização sindical. Porque a luta sindical está voltada essencialmente para aspectos reivindicativos, tem como objectivo um acordo contratual com o patronato e ainda assenta em bases profissionais e não em bases de classe.

As comissões sindicais de empresa devem pois, integrar-se dentro das próprias C. T, já que a luta sindical deve integrar-se na luta mair geral contra a exploração e opressão capitalistas, luta esta que as C. T. podem desenvolver de uma maneira mais consequente.

NORMAS QUE DEVEM PRESIDIR AO SEU FUNCIONAMENTO

Existem normas importantes para que as C. T. não se transformem em organizações de colaboração com o patronato e onde abundem os chefes, os lacaios dos patrões e aqueles que fazendo bons discursos nunca deram provas de firmeza na luta.

Neste sentido as C. T.:

— devem ser escolhidas em bases verdadeiramente democráticas;

— os seus elementos devem ser escolhidos com base na sua prática de luta;

— devem ser constituídas na sua maioria por operários de produção;

— não devem ter quadros superiores;

— devem assentar as suas posições em amplas assembleias, neste sentido não devem possuir poder de deliberação;

— devem poder ser revogáveis a todo o momento.

OBJECTIVOS DE LUTA:

Num momento de crise económica, em que medidas importantes de ataque ao poder capitalista (como as nacionalizações) são tomadas, as C. T. como órgãos fundamentais do poder operário devem ser a expressão dos avanços da classe operária em todos os planos.

Assim:

1 — **No combate aos efeitos mais evidentes da crise** as C. T. devem bater-se contra os despedimentos e contra a carestia de vida: lutando contra a realização de horas extraordinárias, contra o aumento de ritmos, pela redução do horário de trabalho, pelo aumento do salário mínimo, pelo congelamento dos preços e exigindo a nacionalização das empresas que efectuem despedimentos colectivos e do comércio externo e interno dos produtos essenciais.

2 — **No combate pela afirmação cada vez maior do poder operário** devem as C. T.:

— lutar pelo controlo operário da produção em todos os seus aspectos: atacando as manobras de sabotagem, controlando a vida diária da fábrica, controlando as nacionalizações, impondo formas colectivas na sua aplicação;

— lutar pelo saneamento, fazendo desta luta uma luta contra a hierarquia e o policiamento impostos pelos capitalistas;

— lutar contra as desigualdades quer dentro de uma mesma fábrica: impordo a redução dos leques salariais; quer entre várias fábricas: obrigando os capitalistas a pagar essas desigualdades que eles próprios criam para dividir os trabalhadores;

— lutar pela liberdade de reunião e discussão dentro dos locais de trabalho.

3 — **No combate no plano cultural** devem as C. T. lutar pela difusão dos ideais proletários e da necessidade que os trabalhadores têm do socialismo e do comunismo para acabarem com a exploração do homem pelo homem.

4 — **No combate pelo fortalecimento e organização da classe operária** devem as C. T.:

— favorecer a unificação progressiva entre a fábrica, o ramo e a classe;

— contribuir para trazer para a luta da classe operária outras camadas exploradas e oprimidas pelo capitalismo (ex.: assalariados dos serviços);

— contribuir para a coordenação entre os vários órgãos do poder operário e popular (ex.: comissões de moradores) favorecendo assim a articulação entre a luta nos locais de trabalho e a luta mais geral contra a opressão capitalista.

EM FRENTE POR UM GRANDE ENCONTRO

A Sabotagem Económica

1. — Por sabotagem económica devem entender-se as «manobras» dos capitalistas para agravar a crise económica que não resultam do desenvolvimento normal desta crise.

Depois de um período em que a burguesia acenava o espantalho do «caos económico» como forma de justificar a repressão e o isolamento das lutas dos trabalhadores passou-se a um período em que, face ao avanço da luta das massas trabalhadoras, é essa mesma burguesia que sabota deliberadamente a economia, para tentar impor um regime autoritário de direita que seria apresentado perante a «anarquia reinante» como «salvador da Pátria».

2. — A finalidade imediata dos actos de sabotagem económica para os capitalistas pode ser:

a) **Pretender diminuir os efeitos da crise na sua empresa** — transferindo capitais de uma para outra, por ex.

b) **Uma forma de aumentar os seus lucros** — realizando por exemplo contratos desfavoráveis para a empresa mas que são lucrativos a nível de grupo económico; a redistribuição de lucros pelos administradores sob formas camufladas, como forma de fugir aos impostos; utilização de dinheiros das empresas para gastos pessoais; fuga de capitais para outras empresas, para o estrangeiro etc., empréstimos bancários a taxas de juro ilegais.

c) **Sabotagem de carácter puramente político** — visando directamente (as outras formas têm também este efeito) criar dificuldades económicas que justifiquem uma intervenção autoritária «salvadora».

3. — **Formas de luta dos trabalhadores contra a sabotagem económica.**

Os trabalhadores já têm ensaiado em muitas empresas formas de luta eficazes e que reforçam o poder dos trabalhadores dentro daquelas.

a) **A ocupação das empresas e o impedimento de que os capitalistas ou os seus servidores continuem as suas manobras,** tem sido a forma de luta imediata mais empregada pelos trabalhadores.

b) **Paralelamente os trabalhadores têm exigido a intervenção do Estado.**

Os trabalhadores não devem ver nesta intervenção do Estado a finalidade última da sua luta. Devem sim exigir que o Estado ataque efectivamente o poder económico, ataque que, na maioria dos casos, deverá ir até à nacionalização.

d) **O controlo dos trabalhadores sobre as informações económicas da empresa,** através do controle das comissões de trabalhadores e de técnicos da sua confiança sobre estes dados.

f) **A reestruturação democrática da organização do trabalho na empresa** é a única forma de garantir que se exerça permanentemente um controle efectivo da massa dos trabalhadores sobre a vida das empresas. A abolição dos privilégios de certas camadas, a eleição dos chefes a todos os níveis, a redução do leque salarial, a extensão do princípio a trabalho igual salário igual, são medidas imprescindíveis nesse sentido.

g) **O aproveitamento das manobras do capital para um esclarecimento alargado a todos os trabalhadores dos mecanismos da exploração capitalista;** a conquista de espaços de informação, de debate, culturais dentro da empresa é uma arma importante para a luta dos trabalhadores.

h) **A necessidade da luta ao nível de grupo económico,** como forma de impedir manobras de sabotagem entre empresas do mesmo grupo.

c) Mas o fundamental, é que através do próprio processo de luta se criem os **órgãos de controle dos trabalhadores sobre as decisões da empresa,** o fundamental é que os trabalhadores não ponham o seu futuro nas mãos da intervenção legalista do Estado, mas se mobilizem autonomamente para forçar medidas avançadas de ataque ao poder económico. Até porque, até ao 11 de Março pelo menos, o Estado e os seus Ministérios têm sido o lugar onde se sentem ou se reflectem interesses que têm entravado o avanço de medidas favoráveis aos trabalhadores.

c) **O saneamento** dos administradores e de outras pessoas implicadas na sabotagem ou que tenham exercido repersão sobre os trabalhadores. Aqui os trabalhadores não devem pensar que o problema se resolve com a substituição de uns adminuitradores por outros mais «idóneos». O que é preciso é que sejam colocados **à frente das empresas nacionalizadas, pessoas que defendam os interesses dos trabalhadores e que sejam por eles eleitos; ou, no caso de empresas que continuem privadas,** que se exerça um controle efectivo por parte das **comissões de trabalhadores** e da **Assembleia da Empresa** sobreosadministradoresque para o serem, terão que continuar a ser da confiança dos capitalistas...

Guerra de morte aos ricos e aos seus apaniguados !

«... Queremos continuar sendo o que éramos, não nos vamos agora pôr a obedecer à «plebe», aos operários e camponeses: não nos submeteremos a eles; faremos dos nossos conhecimentos armas para defender os privilégios do saco de ouro e do domínio do capital sobre o Povo.»

Assim falam, pensam e actuam os burgueses e intelectuais burgueses...

... Eles pensam que a «plebe», os «simples» operários e camponeses pobres, serão incapazes de cumprir a grande tarefa da organização que a revolução socialista impôs aos trabalhadores, tarefa verdadeiramente heróica no sentido histórico-mundial da palavra. «Não poderão prescindir de nós», dizem para consolar-se, os intelectuais habituados a servir os capitalistas e o Estado capitalista. Mas verão frustrados os seus desavergonhados cálculos. **Já começam a aparecer homens instruídos que passam para o lado do Povo, para o lado dos trabalhadores, para os ajudar a romper a resistência dos lacaios do capital. Ao mesmo tempo que os organizadores de talento, que abundam na classe operária e entre os camponeses, começam agora a ter consciência do seu valor, a despertar e a sentir-se atraídos para o grande trabalho vivo e criador, a empreender por si próprios a construção da sociedade socialista.**

Uma das mais importantes tarefas, senão a mais importante, do actual momento, consiste em desenvolver o mais possível, **a livre iniciativa dos operários e de todos os trabalhadores e explorados em geral na sua obra criadora de organização.** Há que desfazer a todo o custo o velho raciocínio absurdo, selvagem, infâme e odioso, segundo o qual só as chamadas «classes superiores», só os ricos ou os que passaram pela escola das classes ricas, podem administrar o Estado, dirigir, no terreno da organização, a construção da sociedade socialista.

Este é um raciocínio mantido por uma rotina apodrecida e fossilizada por um hábito servil e, em maior medida, pela imunda avidez dos capitalistas interessados em administrar saqueando e em saquear administrando. Não! Os operários não esquecerão, nem um minuto sequer, que necessitam da força do saber.

... A classe operária e os camponeses possuem um manancial inesgotável, e ainda intacto, desses talentos.

A colaboração voluntária e conscienciosa das massas operárias e camponesas, prestada com entusiasmo revolucionário na contabilidade e no controlo sobre os ricos, os proprietários e os parasitas, é o único modo de vencer essas sobrevivências da maldita sociedade capitalista, esses detritos humanos, esses membros irremisivelmente decompostos e apodrecidos da sociedade, esse contágio, essa peste, essa chaga que o capitalismo deixou por herança ao socialismo.

... Não pode haver piedade para esses inimigos do Povo, para os inimigos do socialismo, para os inimigos dos trabalhadores! Guerra de morte aos ricos e aos seus apaniguados, aos intelectuais burgueses!

Para que a sociedade socialista fique imunizada desses parasitas, há que organizar a contabilidade e o controlo da quantidade de trabalho, da produção e distribuição dos produtos, contabilidade e controlo **exercidos por todo o Povo e apoiado voluntária e energicamente, com entusiasmo revolucionário, por milhões e milhões de operários e camponeses.** E para organizar essa contabilidade e esse controlo, completamente acessíveis, inteiramente ao alcance das forças de todo o operário e de todo o camponês honrado, activo e de bom senso, há que despertar os seus próprios talentos organizadores, os talentos que nascem no seu meio; há que despertar neles e organizar à escala nacional a emulação no terreno da organização há que fazer com que os operários e camponeses compreendam claramente a diferença entre a ajuda necessária do homem instruído e o controlo necessário do operário e do camponês sobre a frequentíssima incúria das pessoas «instruídas».

Essa incúria, essa negligência, esse abandono, essa falta de pontualidade, essa precipitação nervosa, essa tendência a substituir a acção pela discussão, o trabalho pelas conversas, essa inclinação a abordar tudo e a não resolver nada, constituem uma das características das «pessoas instruídas», cuja origem nasce não na sua má condição ou ainda menos nas suas más intenções, mas sim nos seus hábitos de vida, no divórcio anormal que existe entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, etc., etc.

... O programa dessa contabilidade e desse controlo é claro e compreensível para todos: que toda a gente tenha pão, que toda a gente use bom calçado e boas roupas, tenha uma casa confortável, trabalhe conscienciosamente.

... «Aquele que não trabalhe, não come» — este é o mandamento prático do socialismo. Isto é o que há para organizar na prática.

... Devem construir-se e pôr-se à prova nas próprias comunas, por pequenas células, no campo e nas cidades, milhares de formas e métodos práticos de contabilidade e de controlo sobre os ricos e os parasitários. A variedade é aqui uma garantia de vitalidade e do êxito na prossecução do fim comum e único: **o de limpar o solo da Rússia de todos os insectos nocivos:** parasitas, ricos, etc.

... Em que comuna, em que bairro da cidade, em que fábrica, em que aldeia não haverá parasitas,... não haverá lacaios da burguesia, sabotadores, que se fazem passar por intelectuais?

... Onde se terá feito mais para aumentar o rendimento de trabalho, para construir novas e melhores casas para os pobres, para alojar os pobres nas casas dos ricos, para dar de uma maneira regular uma garrafa de leite a todas as crianças das famílias pobres? Estas são as perguntas em que se deve basear a emulação das comunas, das comunidades, das associações e cooperativas de consumo e de produção, dos sovietes de deputados operários, soldados e camponeses.

Este é o trabalho em que se devem destacar e elevar-se na prática aos postos de direcção de todo o país os organizadores de talento. Estes elementos abundam no Povo, mas encontram-se ainda coibidos. Há que ajudá-los a desenvolverem-se. Eles, e só eles, podem com o apoio das massas, salvar a causa do socialismo.

LENINE

"Forjar uma alternativa *global* ao reformismo!"

A Aliança Marxista Revolucionária (A.M.R.) era a secção francesa da tendência marxista revolucionária internacional (pablista), cisão da IV Internacional em 1965. A A.M.R. apareceu em 1968, tendo recentemente, no seu III Congresso, decidido dissolver-se, convidando os seus militantes a aderirem ao Partido Socialista Unificado (P.S.U.).

Sobre a situação francesa e internacional e sobre esta decisão da A.M.R. conversamos com David Maurin, membro do Comité Central da ex-A.M.R., hoje militante do P.S.U.

P. — Qual a situação da luta de classes em França?

R. — Depois da derrota de Maio de 68, prosseguiu a crise da burguesia, reflexo da continuação da luta de classes e do ascenso da classe operária.

As últimas eleições presidenciais testemunham uma dificuldade da burguesia e a esperança da classe operária na União da Esquerda. A coligação dos partidos de esquerda propunha um programa reformista, mas representava uma alternativa política para a classe operária, o que o conjunto do movimento revolucionário ainda não conseguiu realizar. A vitória de Giscard D'Estaing, candidato da burguesia, foi escassa, e, no dia seguinte ao da sua eleição, a União da Esquerda continuava a ser uma alternativa política que se podia impôr rapidamente aos olhos dos trabalhadores, a favor das lutas sociais que se desenvolviam no quadro da crise económica (inflacção e desemprego), contribuindo para uma deterioração rápida do poder de compra da classe operária.

A greve dos P. T. T. em Novembro, mostrava que a combatividade operária continuava intacta, impulsionada por sectores jovens, recentemente integrados no aparelho produtivo e sobre os quais o controlo das organizações sindicais — C.G.T. e C.F.D.T. — era fraco. Depois do «Maio dos Bancos» era o «Novembro dos P.T.T.». Estavam reunidas as condições, de acordo com esta combatividade, para que se desenvolvesse a greve geral. **Mas isso não estava nos cálculos das direcções sindicais que têm hoje, responsabilidade final do retorno ao trabalho sem a vitória.** No decurso desta greve exemplar, os trabalhadores dos P.T.T. desenvolveram formas de luta e de organização novas, democráticas e radicais, que nos mostram que **uma «extrema esquerda operária» se desenvolve nas lutas.** A conjunção desta derrota e da polémica que o P.C. lançou contra o P.S. contribuiu então para um recuo da mobilização e um reforço do regime burguês de Giscard. O P.C.F., com efeito, tomou a responsabilidade, fiel à estratégia da burocracia soviética, de quebrar a dinâmica unitária que se desenvolvia então, sob o pretexto de combater a social democracia, que, hoje em dia, continua ligada à estratégia da União da Esquerda.

Abriu assim um processo, sem dar aos trabalhadores o direito de decidir.

Neste contexto, a esquerda revolucionária entrou igualmente em crise. Desde Maio de 68, a audiência das suas ideias alargou-se. No entanto, não foi capaz de ultrapassar o estádio da propaganda revolucionária para atingir o da organização efectiva do movimento de massas e de aparecer assim junto da classe operária como uma alternativa concreta às organizações reformistas que continuam a dominá-la. Não são os êxitos obtidos graças à organização do movimento anti-militarista no exército e o apoio às lutas operárias mais duras que podem hoje compensar o facto de a extrema esquerda, globalmente, não ter sabido organizar as camadas estudantis e jovens de onde ela maioritariamente nasceu. **A extrema esquerda operária, composta por sectores ainda periféricos aos grandes batalhões da classe operária, não beneficia portanto da organização revolucionária necessária.** Nos últimos tempos assistiu-se mesmo ao reforço do P.S. graças à entrada de numerosos militantes pondo em causa a dominação da direcção stalinista do P.C. sobre o movimento operário. Mas, ao mesmo tempo, esses militantes caíram na armadilha aberta por uma social-democracia renovada, capaz de apresentar um discurso de esquerda para conseguir equilibrar a sua influência com a do P.C. A ex-direcção do P.S.U. (Michel Rocar) com a da C.F.D.T.(Edmond Maire) contribuiram para reforçar esta manobra reformista que colocava a esquerda revolucionária numa situação de relativo isolamento. A batalha travada pela esquerda do P.S.U. contra a dissolução desta organização em proveito do P.S., depois de ter combatido pela candidatura de Charles Piaget (L.I.P.) às eleições presidenciais, foi determinante. **O P.S.U. de hoje não é de certeza o partido revolucionário para autogestão que é necessário. Mas se nós, militantes da A.M.R., decidimos dissolver a nossa organização para nos fundirmos no P.S.U., é porque acreditamos que esta organização pode desempenhar ainda um papel importante.** O acordo que foi realizado sobre a concepção comum da autogestão socialista, pedra angular do programa e da estratégia revolucionária de hoje, permite, ao P.S.U. apresentar à extrema esquerda operária um polo político acreditável. Desejamos igualmente que outras correntes ou organizações da esquerda revolucionária tomem consciência, perante as tarefas actuais, de que é preciso desenvolver publicamente, uma discussão programática e estratégica que seja um balanço de sete anos de activismo revolucionário. Pôr o acento na autogestão socialista, é, antes de tudo, tomar em consideração as novas reivindicações e as novas formas de luta operárias de que L.I.P. foi exemplo. É compreender que **se uma organização revolucionária é necessária ela deve constituir-se voltando as costas ao esquerdismo e ao sectarismo.** Esta organização só poderá pretender desempenhar um papel efectivo se for reconhecida por sectores inteiros da classe operária e não autoproclamando-se como tal. Nesta condição, a reestruturação do movimento operário organizado tornar-se-á realidade.

A AUTOGESTÃO

P. — O que é para vocês a autogestão?

R: — Toda a gente no movimento operário se reclama hoje da autogestão... ou quase. **Historicamente, o movimento anarquista era igualmente portador desta concepção.** Hoje, mesmo o P.C. se declara autogestionário, bem como o P.S. Isso não é senão o reflexo da audiência extraordinária das **ideias antiburocráticas** no seio de uma classe operária que, dando a sua confiança maioritário ao P.C., não está pronta a mobilizar-se por um «socialismo» de que a U.R.S.S. lhe forneceu o exemplo. É longa a lista de lutas operárias que pelas suas reivindicações e os meios de luta que utilizam, prefiguram o socialismo antiburocrático desembaraçado de uma **«ditadura do proletariado» que é de facto uma ditadura burocrática sobre o proletariado.** Que os reformistas se tenham servido da autogestão para melhor mascarar a sua recusa em destruir o estado burguês não invalida uma perspectiva que é de facto revolucionária, como o mostrou, em particular, o aparecimento de organismos de duplo poder no Chile. **Se a autogestão não é de facto possível em sistema capitalista, os organismos de massa e de base autogestinária da classe contribuem para esse duplo poder que precipita a crise revolucionária.** É neste sentido que a autogestão não é só a base de organização da sociedade socialista, pela qual combatemos, mas é igualmente a expressão da estratégia revolucionária que se apoia antes de mais na mobilização autónoma da classe operária.

Partido e sindicatos continuam a ser indispensáveis, mas não podem cuprir a sua missão se não tiverem saído e não defenderem a autonomia da classe operária. Maio de 68, em França, as lutas dos trabalhadores italianos, ingleses portugueses e espanhóis e igualmente as lutas da classe operária checa e polaca em 68 e 71, mostram uma tendência irreversível: a de que a **emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabahadores e que o socialismo não será só a electricidade mas também os sovietes.**

P. — Qual a análise que fazem da situação internacional e o reflexo do 25 de Abril em Portugal?

R. — Efectivamente, a nossa decisão de nos fundirmos no P.S.U. provêm, igualmente, da análise que fazemos da situação internacional. Crise mundial do capitalismo, confrontação maior com os estados produtores de petróleo, abertura revolucionária que se desenha na Europa e em África e que se prossegue na Ásia, formam o pano de fundo em que a luta de classes se torna mais intensa e as ameaças imperialistas mais precisas. **Quando não se avança, recua-se. E só o aprofundar da crise revolucionária, onde ela está aberta, pode fazer recuar o imperialismo.** Já não é possível acreditar que os estados burocráticos soviético e chinês possam contribuir para outra coisa do que a procura de compromissos com o imperialismo, de que a revolução pagou e poderá ainda vir a pagar os custos. Mas o imperialismo, apesar do seu poderio e apesar dos seus sucessos, como no Chie, está à defesa. Foi o povo vietnamita que se encarregou de o demonstrar. A nossa responsabilidade é de o demonstrar de novo. **Particularmente na Europa, a alternativa socialismo ou barbárie está na ordem do dia.**

A abertura revolucionária portuguesa e à que poderá vir a dar-se em Espanha, à crise da burguesia europeia em França, Itália ou Inglaterra, pode corresponder quer a vitória da Revolução, quer a sua derrota em proveito de regimes reaccionários, autoritários e fascistas, cujas premissas se desenvolvem em Itália. Neste quadro, o eco do 25 de Abril português é imenso. Na Europa, encontram-se concentradas hoje, mais do que nunca, as esperanças da Revolução e é indispensável que todas as lições do falhanço da Unidade Popular Chilena sejam tiradas.

Preparar desde hoje, pela ofensiva e mobilização autónoma das massas, a defesa contra os ataques do imperialismo é tarefa necessária. É nisso que os militantes revolucionários na Europa têm uma responsabilidade importante: **a de clarificar o programa e a estratégia revolucionários; a de coordenar as suas lutas à dimensão europeia e a de contribuir para a formação de organizações revolucionárias de massas.**

18 de Março 1871

A experiência da comuna de 1871 é uma das experiências fundamentais do movimento operário internacional. O 18 de Março de 1871, dia da insurreição operária em Paris, que abriu as portas a uma luta de setenta e dois dias, durante os quais a classe operária parisiense mostrou que o socialismo não se constroi sem a violência revolucionária e a destruição da máquina de Estado burguesa, ficará para sempre como uma das datas gloriosas da luta pelo socialismo e pelo comunismo.

A experiência da comuna de 1871 mostra também que o marxismo e o socialismo científico não são ideais ou utopias mas a fusão da interpretação científica da realidade concreta com as lutas das massas operárias e populares contra a exploração e a opressão.

A experiência da comuna de 1871 mostra que se o proletariado, e os seus aliados históricos, deve utilizar todos os terrenos de luta e não desprezar os meios tidos por mais atrasados, existem momentos em que a luta tem de assumir características violentas ou mesmo de guerra civil já que essa é a única forma de derrotar o inimigo.

A experiência da comuna de 1871 é assim, sobretudo, uma grande lição para todos os que pretendem fazer da luta pelo socialismo uma luta pacífica e pretendem desvirtuar o carácter ou a necessidade da ditadura revolucionária do proletariado.

Viva a comuna de Paris!

A Comuna teve de reconhecer que a classe operária, uma vez no poder, não podia continuar a servir-se do antigo aparelho de Estado. Para não perder o domínio que tinha acabado de conquistar, a classe operária tinha, que, por um lado, eliminar o velho aparelho de opressão até então utilizado contra ela. **Mas por outro lado, tomar os necessários cuidados em relação aos seus próprios mandatários e funcionários, proclamando-os, a todo o tempo e sem excepção, revogáveis.** Em que é que consistia até aqui o carácter essencial do Estado? A sociedade tinha criado, pela simples divisão do trabalho no início, os seus órgãos para zelar os seus interesses comuns. Mas, com o tempo, estes organismos, cujo cume era constituído pelo poder de Estado, foram-se transformando, pondo-se ao serviço dos seus próprios interesses particulares, de servidores da sociedade nos seus senhores.

Podemos encontrar exemplos disso, não só na monarquia hereditária, como também na república democrática. Em parte alguma os «políticos» formam na nação um clã mais isolado e mais poderoso do que precisamente na América do Norte.

Aí cada um dos dois grandes partidos (o democrata e o republicano) que se revezam no poder, é dirigido por gente que faz da política um negócio, especula sobre os lugares nas Assembleias Legislativas, quer da União quer dos Estados, ou que vive da agitação para o seu partido e é recompensada da sua vitória por lugares.

Para evitar esta transformação, inevitável em todos os regimes anteriores, do Estado e dos seus órgãos, originariamente servidores da sociedade, em senhores dela, a Comuna empregou dois meios infalíveis. **Em primeiro lugar, submeteu todos os cargos da administração, da justiça e do ensino à escolha pelos interessados, por eleição através de sufrágio universal, bem entendido, à revogação a todo o momento pelos próprios interessados. E, em segundo lugar, não retribuiu nenhum serviço, do mais modesto ao mais importante, com mais do que o salário ganho pelos outros operários.**

(...) Na realidade, o Estado não é nada mais do que um aparelho para oprimir uma classe por outra (...); o menos que se pode dizer é que é um mal herdado pelo proletariado vencedor na luta pela dominação de classe e que, tal como na Comuna, não poderá prescindir de limar ao máximo as arestas mais prejudiciais, até que uma geração que se desenvolva em condições sociais novas e livres esteja em estado de se desfazer de toda esta velharia do Estado.

O filisteu social-democrata foi recentemente tomado de um terror salutar ao ouvir pronunciar a expressão ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, querem saber como é esta ditadura? Observem a Comuna de Paris. Foi a ditadura do proletariado.

18 de Março de 1891

F. ENGELS

"Foi a ditadura do proletariado"

Lutar pelo direito a uma casa

Nas últimas semanas, principalmente em Lisboa e no Porto, a população trabalhadora vive nas mais desesperadas condições de habitação, farta de promessas e procedendo de forma espontânea, tem ocupado as casas devolutas que em ambas as cidades constituem vários milhares.

A esta compreensível atitude de quem precisa de um tecto com o mínimo de condições para si e para a sua família, responde a burguesia, a sua polícia os seus órgãos de Informação com repressão e calúnias de toda a espécie.

Enquanto os ocupantes são expulsos por pretenderem concretizar o justo direito à habitação, os senhorios fazem chantagem e destroem as casas para não serem ocupadas. Vários senhorios mandaram arrancar os soalhos, as janelas, as portas, as sanitas, as canalizações, as escadas e até os telhados. E isto passa-se em prédios em boas condições de habitabilidade, que estão, como de resto todos aqueles onde se registam ocupações, vagos à meses ou anos.

Os senhorios podem impunemente manter desocupadas durante anos milhares de habitações, podem destruí-las até, mas os trabalhadores necessitados de casa são violentamente expulsos e caluniados!

Note-se que os ocupantes não se recusam a pagar a renda, pretendem pagá-la de acordo com as suas necessidades, pois não é com o ordenado mínimo de 3300$00 que se podem pagar rendas de quatro e cinco contos. **Ou será que os que ganham pouco são obrigados a viver ao ar livre?**

Esta iniciativa das ocupações deve-se à incapacidade das autoridades em responder aos legítimos anseios dos trabalhadores, em não fazerem as leis que os defendam, mas sim as leis que defendem os senhorios e outros parasitas (e nem essas eles cumprem!...).

A propaganda dos senhorios e restantes exploradores dos trabalhadores quer fazer crer que a maioria dos ocupantes são pessoas que não precisam de casa. Esses senhores — que vivem em casas luxuosas com todo o requinte — têm de ir uma temporada experimentar viver numa barraca para verem se quem lá vive precisa ou não de casa. Se pode ter havido um ou outro caso de oportunismo ou de ocupações falhadas isso tem de se atribuir ao carácter espontâneo das ocupações que não permitiu um aproveitamento correcto de todas as potencialidades de luta neste campo.

A espontaneidade de que enferma esta acção é compreensível na fase actual da luta, **mas os trabalhadores, que não têm como a burguesia técnicos e organismos para os servir, já deram sobejas provas de capacidade de organização e também nesta situação saberão avançar e resolver eles próprios os seus problemas.**

Face a esta situação o M. E. S. solidariza-se activamente com os ocupantes e exige:

Não interferência da Polícia, Copcon, etc., nos prédios ocupados ou a ocupar;

2. Que os ocupantes e restantes moradores organizados autonomamente controlem todo o processo de ocupação e atribuição de casas, sendo eles a decidir os possíveis casos de ocupações indevidas;

3. Saída urgente de legislação que garanta as ocupações já efectuadas, exceptuando os casos que as comissões de ocupantes venham a considerar ocupações indevidas.

Legislação que garanta ainda a ocupação de casas que se encontrem vagas e o controlo da ocupação por parte das comissões criadas pelos interessados;

4. Que sejam castigados os responsáveis da P. S. P. pela agressão aos ocupantes e restante população;

5. Que os senhorios sejam obrigados a reparar nas casas o que mandaram destruir; que os mesmos senhorios sejam castigados pelo prejuízo que causaram à comunidade, podendo esse castigo ir até à expropriação.

O M. E. S. entende que é chegada a altura de as forças do M. F. A. que dizem querer pôr-se ao lado dos trabalhadores e de todos os explorados o demonstrem na prática apoiando a luta dos desalojados pelo direito à habitação!

Mas, com ou sem apoios, têm de ser os trabalhadores, principais interessados, a organizarem-se e a tomarem a iniciativa.

Não se pode aceitar que os trabalhadores, que tudo produzem, vivam na miséria, enquanto que os capitalistas que os exploram vivem à grande!

Não se pode aceitar que haja tanta falta de casas e as empresas de construção civil despeçam pessoal com pretexto de falta de trabalho! Aos capitalistas só lhes interessa produzir o que lhes dê altos lucros e não aquilo que satisfaz as necessidades dos trabalhadores.

É por isso que todos os problemas dos trabalhadores só poderão ser definitiva e totalmente resolvidos na sociedade socialista, aquela em que o poder pertença à maioria da população, os trabalhadores, com a classe operária na vanguarda, impondo democracia para as classes trabalhadoras e ditadura para os que oprimem — os capitalistas — através da ditadura do proletariado. Até lá os trabalhadores têm de lutar por todas as formas e com toda a decisão contra a exploração, obtendo vitórias que reforcem a sua organização e a sua consciência de classe.

O M. E. S. considera que é na prática, em situações como a presente, que os trabalhadores vão distinguindo os seus verdadeiros e falsos amigos.

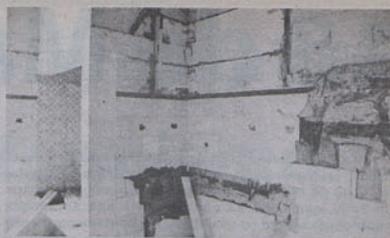
Veja-se a posição das **organizações democrático-burguesas** que ignoram ou condenam lutas dos trabalhadores por causa de hipotéticos excessos que põem em perigo as «liberdades democráticas». As liberdades que esses senhores burgueses têm medo de perder é a liberdade de continuarem a explorar.

Por outro lado, as organizações reformistas, que dizem defender os interesses dos trabalhadores, mas que se preocupam sobretudo em agradar à pequena e média burguesia, mais uma vez se recusaram a apoiar a luta dos explorados pondo ao seu serviço as poderosas máquinas burocráticas de que dispõem. **Com estas conciliações vão permitindo que a burguesia recupere o que com tanto esforço foi conquistado pelos trabalhadores depois do 25 de Abril.** Entretanto fazem nas suas costas acordos de gabinete em que pretendem decidir os destinos daqueles que nem sequer se preocupam em ouvir.

O M. E. S. defende que têm de ser os moradores a organizar-se autonomamente sem controlo de organizações partidárias ou administrativas. Se isto não acontecer, os trabalhadores correm o risco de serem utilizados e manobrados como simples peões em jogadas que não lhes dizem respeito e só podem dividi-los.

O M. E. S. defende que os moradores têm de se organizar democraticamente em Comissões verdadeiramente representativas da população de cada zona.

O M. E. S. apoia todas as justas lutas dos trabalhadores e concretamente as que visam o direito à habitação.

Grupo da Habitação do M. E. S.

Coruche: operação de limpeza

No concelho de Coruche as hesitações e tibiezas de muitos «democratas», o portunismo e influências dos que estavam ligadas mais ou menos intimamente ao regime caetanista, foram permitindo que tudo se mantivesse na mesma. Nos principais postos administrativos, (câmara, finanças, juntas de freguesia, etc.) e em organismos com reconhecido papel na exploração do povo trabalhador (grémio, cooperativa do Vale do Sorraia, etc.), os que serviram o fascismo, e os que dele se serviram, permaneciam alegremente nos seus postos.

O povo sofria esta situação, onde além da exploração fere a «afronta». A indignação era grande. O 11 de Março foi o elemento mobilizador: sábado 15 centenas de pessoas concentraram-se com o intuito de pôr as coisas nos devidos lugares. A manifestação de força dos trabalhadores, mostrando a sua firme disposição de não mais permitirem o espezinhamento a que ao longo dos anos foram submetidos, terá por certo tirado o sono, ao menos por uns tempos, aos tiranetes locais.

Após afirmar a sua disposição de avançar rápida e decididamente no processo de saneamento, a população meteu mãos à obra, iniciando de imediato algumas «remodelações» mais urgentes: **o clube dos ricos**, ponto de encontro dos latifundiários e outros capitalistas exploradores foi ocupado. No bem apetrechado edifício foi instalado um **centro de cultura popular** à frente do qual foi colocada, transitóriamente, uma comissão «ad hoc».

Também algumas operações de limpeza mais urgentes foram imediatamente realizadas: além de se arrancarem da praça de touros placas com nomes de fascistas, foram arrancadas e arrastadas pelas ruas da vila duas estátuas, cuja presença foi considerada, pelos manifestantes, como ofensiva à população. Uma situada em frente aos Passos do Concelho representava um major local quese distinguira no tempo do fascismo; a outra representava um latifundiário (Teixeira) que com uma infima parte do que explorava ao povo tinha feito alguns melhoramentos na vila.

Por esta vez a ira popular vingou em estátuas as afrontas e miséria de anos e anos. É um começo!...que o processo siga o seu caminho! Que a justiça popular se abata sobre os exploradores do povo!

Aveiro: MES ocupa clínica de S. Joana!

A Clínica de Santa Joana foi encerrada há vários meses, precisamente a partir do momento em que deixou de oferecer possibilidades de lucro. **O caso desta Clínica demonstra mais uma vez o que é o sistema de exploração do homem pelo homem** (sistema capitalista) **em que a assistência das classes desfavorecidas é substituída pelo comércio da saúde** — pela assistência aos ricos e desprezo aos pobres.

Ao ocupar esta Clínica votada ao abandono, o Movimento de Esquerda Socialista entendeu que a deve pôr ao serviço das classes desfavorecidas a quem sempre foi negada uma assistência específica.

Dados os objectivos essenciais deste estabelecimento — o lucro — ela apresenta-se como um bloco operatório desprovido de toda e qualquer perspectiva de reconvalescença para a doença, nomeadamente sem um espaço livre e aberto.

Nestes condicionalismos, entendemos que a funcionar ela só poderá servir os inválidos, acamados permanentes ou em fase de transição e para isso apelamos no sentido do internamento assistido apenas de pessoas nestas condições.

O Movimento de Esquerda Socialista está confiante que a saúde só estará ao serviço das classes trabalhadoras após a instauração da sociedade socialista. No entanto, é necessário incluir desde já a luta pelo direito à saúde na luta anticapitalista.

É neste sentido que se justifica a ocupação pelo M. E. S. da Clínica de Santa Joana, considerando que **não podemos permitir que, quando os estabelecimentos de saúde do País não satisfazem as classes trabalhadoras, se encontrem encerrados estabelecimentos de assistência médica.**

Esta acção não pode ser uma acção isolada. Compete aos trabalhadores abrir perspectivas de luta:

— Ao nível geral — inserindo a luta pelo direito à saúde na luta pelo socialismo

— Ao nível das organizações de trabalhadores — controlando postos de saúde, clínicas, hospitais, serviços de seguradores, etc.

— O apoio da população é indispensável para o avanço deste processo de luta!

O núcleo do M. E. S. de Aveiro

a previdência que temos

A segurança dos trabalhadores na doença, velhice ou desemprego, é ao mesmo tempo uma aspiração profundamente sentida pelos trabalhadores e uma necessidade do próprio capitalismo. E isto, fundamentalmente, porque é preciso manter a força de trabalho em estado de produzir para os patrões. É assim que o capitalismo se viu obrigado historicamente a criar serviços de assistência e segurança social para os trabalhadores.

A forma mais rentável para o capitalismo de resolver o problema foi a instituição de um sector de assistência independentemente da medicina liberal. Efectivamente não poderia ser de outra maneira, pois a medicina liberal e todo um sector privado havia-se tornado a base da assistência às classes privilegiadas. Em muitos países a segurança social tornou-se um departamento governamental; noutros um organismo autónomo, supervisionado por representantes do governo, patrões e assalariados.

Devemos compreender que se a segurança social representa uma conquista dos trabalhadores, é ao mesmo tempo um poderoso instrumento de dominação e exploração nas mãos da burguesia.

AO SERVIÇO DA ESTRATÉGIA BURGUESA

Em Portugal, as Caixas de Previdência funcionaram e funcionam exemplarmente como instrumento ao serviço da estratégia burguesa.

E isto de muitas maneiras:

1) — **Papel fundamental na manutenção da força de trabalho em estado de produzir:**

A necessidade que se põe ao capitalismo de assistir à saúde dos trabalhadores deriva da própria situação do mercado de trabalho (da maior ou menor oferta de mão-de-obra, do preço que custam ao patrão os dias de doença do operário, etc.).

É assim que em Portugal se tem verificado uma estreita relação entre as necessidades postas pelo desenvolvimento capitalista e as medidas de estruturação e alargamento da previdência:

Até aos anos 60, não se impunham efectivas medidas de protecção à saúde e à força de trabalho, dado o importante exército de reserva de mão-de-obra. **Verifica-se, assim que, em 1962, a Previdência abrangia apenas 1/3 dos trabalhadores portugueses.**

Nos anos 60, coloca-se a necessidade de o Estado intervir no sentido de serem tomadas medidas de alargamento e reestruturação dos serviços de saúde. Isto porque o capitalismo português entra então numa fase em que não poderá contar com uma mão-de-obra enfraquecida e diminuída pela doença. A doença do trabalhador tem então um preço mais elevado. **Verifica-se assim um alargamento dos serviços de previdência e o estabelecimento de esquemas de colaboração entre a assistência e a previdência.**

— Nos últimos anos 60 e no início dos anos 70, põe-se a necessidade de tomar medidas mais profundas no sentido de responder à escassez de mão-de-obra qualificada. Se isto é um dado da evolução do capitalismo português, revela também o falhanço da «reforma da saúde» que vinha sendo ensaiada. **Verifica-se assim a criação dos centros de saúde** (para prestar assistência gratuita às populações não abrangidas pela previdência) **e o alargamento da assistência médica especializada às populações rurais.**

2) — **Instrumento económico ao serviço da burguesia**

As importantes somas recolhidas pelas caixas de previdência (os fundos da previdência), pertencem, em verdade, aos trabalhadores. Com efeito, trata-se quer de descontos efectuados directamente sobre os salários, quer de contribuições dos patrões que mais não são do que salário não pago.

Acontece, no entanto, **que das somas recolhidas pelas caixas só uma parte é empregue na manutenção e melhoria dos serviços de assistência.** A parte restante constitui capitais que podem ser colocados segundo os interesses estratégicos da burguesia.

É assim que em Portugal os dinheiros da previdência eram utilizados no financiamento das despesas crescentes do Estado. Estas despesas referem-se aos gastos com a guerra colonial e aos empreendimentos não directamente produtivos, de apoio ao desenvolvimento capitalista: estradas, comboios, pontes, etc. **Eis alguns números:**

— **capitais não empregues na manutenção dos próprios serviços:** verificou-se isto com 3 milhões de contos dos 9,5 milhões recolhidos em 1970:

destino desses capitais: a distribuição dos valores das caixas refere-se a títulos de dívida pública (empréstimos a juros feitos ao Estado), depósitos bancários, imóveis, etc.

Veja-se o seguinte quadro:

	Milhares de contos	Percent
a) Títulos de crédito de Estado, acções e obrigações	15.645	76
b) Numerário e depósitos	1.357	7
c) Imóveis	1.498	7
d) Empréstimos	1.670	8
e) Outros valores	364	2
TOTAL	20.534	100

De notar que só o dinheiro aplicado em títulos de dívida pública subiu, entre 1960 e 1971, de 7,5 milhões para 18,1 milhões de contos. Quanto ao total de **valores** acumulados pela Previdência em 1971: 27,8 milhões de contos!

3) — **Participação na dominação social e ideológica dos trabalhadores** . Vários aspectos dessa participação podem ser focados:

Criação de uma imagem demagógica do bem-estar social através de promulgação de medidas de assistência que respondem a profundos anseios dos trabalhadores. Já mostrámos atrás o verdadeiro significado da assistência aos trabalhadores na sociedade capitalista.

Amortecimento das crises cíclicas do capitalismo, através de abonos de desemprego, **baixas** forçadas, etc. Repare-se, por exemplo, que os abonos de desemprego, repondo uma percentagem do salário, diminuem as repercussões económicas, sociais e políticas de uma crise de desemprego.

Repressão e disciplinação quotidiana dos trabalhadores e suas famílias, através da sujeição ao funcionamento hierarquizado dos serviços das caixas, de que são aspectos o tratamento humilhante das enfermeiras e empregadas, as consultas a correr, etc... Este é mais um aspecto revelador de que para as caixas, o trabalhador só existe como «factor de produção», cujo funcionamento regular é necessário assegurar.

A MEDICINA DAS CAIXAS

Não se trata na verdade de **má qualidade**. É apenas a qualidade necessária para a função que desempenha: disciplinar a força de trabalho, reitegrando ou retirando o doente do processo produtivo (momentânea ou definitivamente).

Efectivamente verifica-se que a medicina praticada é caracterizada pela aplicação de uma terapêutica de largo espectro e pelo tratamento puramente farmacológico das doenças comuns, **o que visa directamente a reintegração dos doentes no processo produtivo;** o mecanismo de baixa **permite retirar os trabalhadores do serviço por um período de tempo determinado;** o internamento nos hospitais centrais **permite a marginalização dos casos irrecuperáveis ou incuráveis.**

A LUTA DOS TRABALHADORES PELA SAÚDE

Uma das condições do papel repressivo e explorador desempenhado pelas caixas de previdência foi o controlo da instituição pelo Estado. Em termo gerais, podemos dizer que a alternativa que se põe à luta dos trabalhadores é **o avanço no sentido do controlo sobre os serviços de que é utente.** É esta a perspectiva **que informa o Programa do M.E.S. sobre a saúde,** no sentido da realização de um projecto socialista da saúde — em ligação com a luta dos trabalhadores pelo socialismo —, e não da realização de qualquer reforma técnico-administrativa da saúde fortalecedora do sistema.

médicos do MES:
pôr o sindicato ao serviço dos trabalhadores

Perante a escalada reaccionária a que se assiste presentemente no Sindicato Médico, o Grupo de Saúde de Lisboa do M. E. S. vem denunciar claramente as tentativas de tomada de assalto que se têm sucedido.

Após a tentativa falhada de formação de um sindicato de médicos livres o seu grupo promotor começou a participar activamente nas Assembleias do sindicato, tentando por todos os meios que se volte à antiga Ordem dos Médicos.

Após as eleições de Julho, em que a lista referida foi eleita à custa dos votos dos médicos reaccionários, acenando-lhes com a perspectiva da continuação da clínica livre a par de um Serviço Nacional de Saúde (S. N. S.) a direcção vigente não foi capaz de praticar um sindicalismo de base, condição para que a ligação dos médicos aos trabalhadores fosse efectivamente feita, em que os médicos se enquadrassem como técnicos de saúde ao lado das lutas que os trabalhadores neste momento desenvolvem contra a exploração capitalista.

A iniciativa de convocar o **Congresso Nacional de Saúde,** em que os problemas de saúde estão a ser discutidos quase exclusivamente por técnicos, em que a participação dos trabalhadores é diminuta, em que se pretende, em cerca de um mês dar resposta aos graves problemas de saúde deste País, através da apresentação de conclusões elaboradas em gabinetes, é uma **iniciativa desmobilizadora** de quem não é capaz de compreender que a luta pela saúde faz parte da luta diária dos trabalhadores pelo socialismo, e que só através das organizações dos trabalhadores (comissões de fábrica, moradores, sindicatos), se poderá **iniciar uma discussão política da saúde e avançar formas organizativas neste campo totalmente controladas pelos trabalhadores.**

Perante esta situação, no passado sábado, dia 8/3, assistiu-se na Assembleia Geral do Sindicato a um ataque maciço à sua Direcção, da parte de um grupo de médicos, na sua maioria da província, detentores de privilégios económicos e sociais, que é urgente denunciar. **Estes médicos, que enriqueceram à custa da exploração dos trabalhadores, querem agora, quando se pretende criar um S. N. S., opor-se provavelmente à sua criação.**

Neste momento, os médicos do M. E. S. entendem que é prioritário defender o sindicato do ataque que a direita lhe está a mover, independentemente de discordarem profundamente da perspectiva sindical da actual direcção, que com a sua atitude conciliatória permitiu esta investida.

É preciso isolar definitivamente os médicos que defendem a todo o custo a sua posição de classe.

Só com a colocação clara e inequívoca dos médicos progressistas ao lado das lutas dos trabalhadores, se pode avançar um sindicalismo médico que se oponha claramente à exploração capitalista.

Grupo de Saúde de Lisboa do M. E. S.

ENCONTRO REGIONAL DE PROFESSORES

O MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA promove, no dia 5 de Abril, um encontro regional de professores das zonas norte e centro, em que serão analisados os seguintes temas:

a) Integração da Escola no meio

b) Selecção e acesso

c) Gestão democrática

d) Organização do espaço escolar

e) Autonomia pedagógica

f) Sindicalismo

Os professores interessados poderão elaborar textos sobre os assuntos acima indicados, que terão de ser enviados até ao dia 30 de Março. As inscrições podem ser feitas até ao dia 4 de Abril pelo telefone 319569 ou na Sede do M. E. S., rua 31 de Janeiro, 150 - 2.º - Porto.

O Sector de ENSINO do Núcleo do Porto do M. E. S.

Eles lá sabem porquê..

. Tal como a democracia cristã fizera, também o PC Italiano surge agora a «preocupar-se» com a situação portuguesa e com «a ilegalização de organizações cujos membros apresentam intenções pouco democráticos».

Perplexidade! Um partido comunista considera que partidos fascistas devem ser legalizados, em nome de «liberdades democrjticas», embora saibamos perfeitamente que apenas visam, pela sua actuação, acabar com essas mesmas liberdades!?

Esta posição assumida pelo P. C. I. mostrou bem até que ponto pode chegar uma unha de colaboração de classes, uma prática politica confinada aos limites da democracia burguesa.

Quando as forças revolucionárias italianas lutam pela ilegalização do M. S. I., agrupamento fascista que tem muito de semelhante ao P. D. C., o Partido Comunista Italiano vem protestar contra a suspensão deste Partido fascista!

. sta é mais uma prova concreta do que é o reformismo: mais interessado no «compromisso histórico» com a burguesia e com lugares governamentais, o P. C. I. longe de apoiar a luta dos trabalhadores portugueses e os avanços politicos dados no nosso país, une a sua voz à burguesia italiana fazendo coro comum!

Em Itália como em todo o mundo as forças reformistas nunca conduzirão os trabalhadores pelo caminho da revolução socialista mas antes pelo caminho da conciliação de classes e de negação do internacionalismo proletário.

AÇORES: ao povo o que é do povo

A partir das 21.30 o Law Tenis Club de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, deixou de ser um espaço usurpado ilegalmente pela burguesia angrense para os seus divertimentos, e passou a ser um local destinado à utilização colectiva pelos trabalhadores para a sua política de classe e para a resolução de alguns dos seus problemas imediatos. **O Law Tenis Club dispunha de óptimas instalações cedidas pela fazenda pública, ao abrigo de cláusulas respeitantes à cedência de edifícios para obras de utilidade pública. Ao abrigo de cláusulas semelhantes recebia este clube subsídios da Caixa Económica.**

Desde sempre os trabalhadores viram a «utilidade pública» do tênis restrita aos seus inimigos de classe, para os seus chás-canastas, etc, etc...

Os delegados de todos os sindicatos, reunidos dugante a tarde do dia 15 decidiram convocar a classe para essa noite. **Nessa reunião, depois de ampla discussão, foi decidida a ocupação das instalações do ténis.**

No Club, a única tentativa de resistir à justa posição dos trabalhaodres partiu de um sócio que lá se encontrava, que em completo desespero reaccionário conseguiu atirar ao chão um dos populares que tentavam tomar as instalações sob a palavra de ordem **«ao povo o que é do povo».**

Curiosa coincidência, o reaccionário era o juiz da comarca, o mesmo que levanta obstáculos burocráticos à candidatura do M.E.S. pelo Distrito de Angra do Heroísmo, e cujo saneamento foi de imediato exigido.

A comissão de delegados sindicais foi imediatamente constituída em **comissões de ocupação**, formando-se piquetes populares que desde então mantém o edifício sob controlo. Desde logo ocorreram mais trabalhadores à ocupação manifestando a sua alegria por esta conquista popular.

O M.E.S. desde o inicio apoiou esta justa iniciativa dos trabalhadores decidida e dirigida por eles e emitiu nas primeiras horas da ocupação o seguinte comunicado:

AO POVO
O QUE É DO POVO

«Os sindicatos de Angra do Heroísmo acabam de ocupar as instslações do Law-Tenis Club nesta cidade.

O Tenis, clube da burguesia terceirense, sempre foi olhado pelo povo trabalhador como simbolo do inimigo da classe, como ostentação visível daqueles que nada fazem e vivem à custa do povo.

Recentes revelações, tornadas públicas, vieram reavivar ainda mais o sentimento de revolta dos trabalhadores, ao saber-se que a burguesia ocupava ilegalmente aquelas instalações, num processo claro de usurpação de um edifício público.

O M.E.S. apoia incondicionalmente a decisão dos sindicatos, ciente de que essa é a posição justa e revolucionária dos trabalhadores face aos inimigos do povo. O M.E.S. saúda esta conquista do povo, que levará à utilização correcta as amplas instalações em benefício dos que tudo produzem, acabando assim com o «club» privado do wisky, dos bailes luxuosos, das falsas e hipócritas elites.

No prosseguimento deste processo realizaram-se no dia 16 duas assembleias populares em que se debateu a utilização a dar à «Casa Popular», tendo ficado assente: **a criação de uma creche para filhos das mulheres trabalhadoras, refeitóruo popular, local de reuniões dos trabalhadores, etc.** Nasceu e está a ser posta em prática a realização de um festival desportivo popular.

Na tarde de 16, realizou-se no local uma concentração unitária em que estiveram presentes todas as organizações que apoiaram esta iniciativa popular: :M.E.S., P.C.P., J.S., P.S., M.D.P./C.D.E., U.E.C. e Comissão de Estudantes de Angra).

O camarada que falou em nome do M.E.S. chamou a atenção para a justeza da luta e para a forma como fora levada a cabo, afirmando a dada altura:

«Lutando, os trabalhadores souberam criar aqui e agora Poder Popular.» Referiu a necessidade de se passar a dar mais atenção ao trabalho entre os camponeses pobres, pois nos campos a reacção ainda engana muitos explorados e oprimidos manipulando o anticomunismo e obstruindo o trabalho das organizações revolucionárias.

Foi denunciado a calúnia que Magalhães Mota lançou sobre o M.E.S., numa conferência de Imprensa, dizendo que o Movimento lançava reivindicações aventureiristas atirando no desemprego muitos trabalhadores. A intervenção foi interrompida várias vezes pelo povo com aclamações gritando:

Lutar, criar poder popular
Lutar, criar assembleia popular
Uma só solução — esmagar a reacção
Contra a reacção contra o capital — unidade sindical

M.E.S. — Angra

CHILE

Nas mãos dos generais golpistas

Bautista Van Schowen, membro do Comité Central do M.I.R., foi preso a 13 de Dezembro de 1973 e desde então submetido a violentas torturas até à primeira quinzena de Janeiro de 74, altura em que foi transportado inconscientemente para o hospital militar de Santiago. Poucos dias depois, e apesar da oposição dos médicos, foi transportado para local desconhecido e de novo submetido às maiores sevícias. Alguns dias mais tarde os militares trouxeram-no de novo em estado de coma para de seguida mais uma vez o fazerem desaparecer.

Durante muitos meses a maior inquietação pairou sobre o seu destino, não se sabendo se estava vivo ou morto, desencadeando-se larga campanha de solidariedade pela sua libertação.

Através de uma fotografia que reproduzimos obtida em estritas condições de clandestinidade, se conseguiu saber algo sobre o seu estado. Van Schowen encontra-se actualmente hospitalizado, cego e completamente paralizado.

Façamos das torturas de Van Schowen uma poderosa arma contra os fascistas chilenos!

. Solidariedade para com todos os detidos políticos chilenos não identificados!

Pela sua libertação imediata!

A luta do povo chileno é a nossa luta!